

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	79
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.458.341.009
Preferenciais	0
Total	1.458.341.009
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	1.042.240	1.281.234	1.599.555
1.01	Ativo Circulante	48.924	63.981	49.669
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.976	19.117	12.207
1.01.03	Contas a Receber	23.802	32.866	27.426
1.01.03.01	Clientes	23.802	32.866	27.426
1.01.04	Estoques	4.961	3.055	3.032
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.111	5.018	928
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.111	5.018	928
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.074	3.918	4.540
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	7	1.536
1.01.08.03	Outros	0	7	1.536
1.02	Ativo Não Circulante	993.316	1.217.253	1.549.886
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.864	3.987	5.156
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.864	3.987	5.156
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	4.842	3.987	5.156
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	2.022	0	0
1.02.03	Imobilizado	12.964	14.229	19.764
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.964	14.229	19.764
1.02.04	Intangível	973.488	1.199.037	1.524.966
1.02.04.01	Intangíveis	973.488	1.199.037	1.524.966
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	973.488	1.199.037	1.524.966

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	1.042.240	1.281.234	1.599.555
2.01	Passivo Circulante	94.926	99.346	965.104
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.475	8.542	7.211
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.475	8.542	7.211
2.01.02	Fornecedores	44.875	32.226	42.473
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.875	32.226	42.473
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.026	3.819	4.046
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.026	3.819	4.046
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.026	3.819	4.046
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.692	44.142	878.513
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.692	44.142	878.513
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.692	44.142	878.513
2.01.05	Outras Obrigações	31.865	2.803	28.790
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	31.843	2.637	28.714
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	31.843	2.637	28.714
2.01.05.02	Outros	22	166	76
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	22	166	76
2.01.06	Provisões	993	7.814	4.071
2.01.06.02	Outras Provisões	993	7.814	4.071
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	0	7.814	4.071
2.01.06.02.05	Provisão Ambiental	993	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.063.886	984.543	78.381
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	898.396	763.562	6.134
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	898.396	763.562	6.134
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	898.396	763.562	6.134
2.02.02	Outras Obrigações	2.805	23.988	23.348
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	20.152	18.512
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	20.152	18.512

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02.02	Outros	2.805	3.836	4.836
2.02.02.02.03	Fornecedores	2.805	3.836	4.836
2.02.03	Tributos Diferidos	37.587	39.402	40.923
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.587	39.402	40.923
2.02.04	Provisões	125.098	157.591	7.976
2.02.04.02	Outras Provisões	125.098	157.591	7.976
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.143	2.979	3.526
2.02.04.02.04	Provisão para Riscos	123.955	151.969	1.807
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	0	2.643	2.643
2.03	Patrimônio Líquido	-116.572	197.345	556.070
2.03.01	Capital Social Realizado	1.013.899	949.123	753.250
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.130.471	-751.778	-197.180

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	468.863	453.011	409.592
3.01.01	Receita de construção	118.300	101.827	79.143
3.01.02	Receita de serviços	350.563	351.184	330.449
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-382.259	-331.731	-292.207
3.02.01	Custo de construção	-118.300	-101.827	-78.359
3.02.02	Custo de serviços	-263.959	-229.904	-213.848
3.03	Resultado Bruto	86.604	121.280	117.385
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-279.164	-576.964	-146.569
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.230	-203.536	-52.838
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-266.934	-373.428	-93.731
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-192.560	-455.684	-29.184
3.06	Resultado Financeiro	-187.948	-100.435	-103.024
3.06.01	Receitas Financeiras	1.681	1.445	571
3.06.02	Despesas Financeiras	-189.629	-101.880	-103.595
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-380.508	-556.119	-132.208
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.815	1.521	-2.120
3.08.02	Diferido	1.815	1.521	-2.120
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-378.693	-554.598	-134.328
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-378.693	-554.598	-134.328
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,287	-0,585	-0,0188
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,287	-0,585	-0,188

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-378.693	-554.598	-134.328
4.03	Resultado Abrangente do Período	-378.693	-554.598	-134.328

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.907	74.628	63.147
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.631	109.126	108.589
6.01.01.01	Lucro /Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	-380.508	-556.119	-132.208
6.01.01.02	Margem bruta de construção	0	0	-784
6.01.01.03	Depreciação e amortização	76.161	70.662	65.255
6.01.01.04	Variações monetárias e encargos	148.807	65.373	76.422
6.01.01.05	Baixa de imobilizado e intangível	325	116	107
6.01.01.06	Provisão para manutenção	-11.300	3.196	4.250
6.01.01.08	Provisão para riscos	-28.014	150.162	171
6.01.01.09	Provisão para devedores duvidosos	0	0	1.643
6.01.01.10	Perda ao valor recuperável (intangível)	271.730	375.736	93.733
6.01.01.11	Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	430	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	21.276	-34.498	-45.442
6.01.02.01	Estoques	-1.906	-23	724
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-115	-4.090	-479
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-1.156	622	-5.493
6.01.02.05	Fornecedores	9.616	-5.021	-5.414
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recolher	207	-227	281
6.01.02.07	Salários e encargos sociais a recolher	-2.066	1.331	-2.067
6.01.02.08	Partes relacionadas	9.061	-24.446	-27.783
6.01.02.09	Contas a receber de clientes	8.634	-5.440	-1.184
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-855	1.169	-1.189
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-144	91	0
6.01.02.13	Outros contas a receber	0	1.536	-2.838
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-119.401	-121.269	-67.629
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-3.117	-1.458	-298
6.02.03	Aquisição de intangível	-116.284	-119.811	-67.331
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.353	53.551	1.302

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.01	Integralização de capital social	64.776	195.873	162.050
6.03.04	Custo de captação	-24.981	-38.626	-38.748
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures	-1.288	-45.873	-47.989
6.03.06	Pagamento de juros empréstimos e debêntures	-25.154	-57.823	-74.011
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.141	6.910	-3.180
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.117	12.207	15.387
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.976	19.117	12.207

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	949.123	0	0	-751.778	0	197.345
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	949.123	0	0	-751.778	0	197.345
5.04	Transações de Capital com os Sócios	64.776	0	0	0	0	64.776
5.04.01	Aumentos de Capital	64.776	0	0	0	0	64.776
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-378.693	0	-378.693
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-378.693	0	-378.693
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.013.899	0	0	-1.130.471	0	-116.572

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	753.250	0	0	-197.180	0	556.070
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	753.250	0	0	-197.180	0	556.070
5.04	Transações de Capital com os Sócios	195.873	0	0	0	0	195.873
5.04.01	Aumentos de Capital	195.873	0	0	0	0	195.873
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-554.598	0	-554.598
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-554.598	0	-554.598
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	949.123	0	0	-751.778	0	197.345

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	591.200	0	0	-62.852	0	528.348
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	591.200	0	0	-62.852	0	528.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162.050	0	0	0	0	162.050
5.04.01	Aumentos de Capital	82.750	0	0	0	0	82.750
5.04.08	Integralização de capital social	79.300	0	0	0	0	79.300
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-134.328	0	-134.328
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-134.328	0	-134.328
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	753.250	0	0	-197.180	0	556.070

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	501.293	486.538	455.417
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	381.963	382.878	360.605
7.01.02	Outras Receitas	1.460	1.833	105
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	118.300	101.827	94.707
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-430	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-520.904	-772.825	-310.973
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-127.077	-295.159	-138.723
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-275.159	-375.731	-93.791
7.02.04	Outros	-118.668	-101.935	-78.459
7.02.04.01	Custo de construção	-118.300	-101.827	-78.359
7.02.04.02	Outros custos	-368	-108	-100
7.03	Valor Adicionado Bruto	-19.611	-286.287	144.444
7.04	Retenções	-76.164	-70.662	-65.256
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-76.164	-70.662	-65.256
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-95.775	-356.949	79.188
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.680	1.445	570
7.06.02	Receitas Financeiras	1.680	1.445	570
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-94.095	-355.504	79.758
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-94.095	-355.504	79.758
7.08.01	Pessoal	39.919	42.873	38.458
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.348	26.112	25.524
7.08.01.02	Benefícios	13.806	13.968	10.397
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.410	2.422	2.141
7.08.01.04	Outros	355	371	396
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.240	51.776	54.217
7.08.02.01	Federais	33.835	34.325	37.812
7.08.02.02	Estaduais	229	206	205
7.08.02.03	Municipais	17.176	17.245	16.200

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	193.439	104.445	121.411
7.08.03.01	Juros	56.722	67.850	77.071
7.08.03.02	Aluguéis	3.809	2.547	2.248
7.08.03.03	Outras	132.908	34.048	42.092
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-378.693	-554.598	-134.328
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-378.693	-554.598	-134.328

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



VIA
040



2020

Relatório da Administração



Relações com Investidores

RI@via040.invepar.com.br



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índice

A Companhia.....	3
Aos Acionistas.....	3
Introdução	3
Destaques do Ano.....	4
Sustentabilidade dos Negócios.....	4
Gestão pela Qualidade Total	4
Ética e Compliance	5
Relacionamento com a Sociedade.....	5
Meio Ambiente.....	6
Recursos Humanos	7
Segurança no Trânsito	9
Dados da Operação da Concessão	9
Política de Distribuição de Dividendos	11
Planejamento Empresarial.....	11
Resultados	11
Contexto Econômico	11
Receita e Mercado.....	12
Indicadores Operacionais	12
Aspectos Financeiros	14
Estratégia.....	19
Auditores	20
Agradecimentos.....	20
Anexos	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, a responsabilidade social da Concessionária BR 040 S.A. – Via040.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Via 040

A “Concessionária BR 040 S.A. – Via040” ou “Companhia” é uma sociedade por ações de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do sistema rodoviário da BR-040. Foi constituída em 2014, sendo o contrato de concessão no trecho compreendido entre Brasília-DF e Juiz de Fora-MG, com extensão de 936,8 quilômetros, assinado com o Governo Federal em 12 de março de 2014, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia é uma empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR. A Invepar é umas das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto à ANTT pedido de adesão ao processo de relicitação proposto pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 13.448/2017. No dia 7 de agosto de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, do Poder Executivo, regulamentando o procedimento para relicitação de que trata a referida Lei. Neste dia, a Companhia então divulgou por meio de Fato Relevante que prosseguiria com os trâmites para a devolução amigável da concessão, nos termos do referido Decreto. No dia 20 de agosto de 2019, a Companhia protocolou junto ao órgão regulador, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o complemento do teor do requerimento de relicitação da Concessão. No dia 28 de novembro de 2019, a ANTT publicou a Deliberação nº 1.015, atestando a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação. Em 13 de janeiro de 2020, os Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e da Infraestrutura, publicaram a Resolução Nº 105, onde opinaram favoravelmente e submeteram à deliberação do Presidente da República a qualificação do pedido de relicitação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI. Em 18 de fevereiro de 2020, o Presidente da República, por meio do Decreto Nº 10.248, deliberou pela qualificação da relicitação da BR-040/DF/GO/MG, no âmbito do PPI. Em 20 de novembro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022.

Destaques do Ano

Várias obras de estabilização e ou recuperação das encostas foram necessárias ao longo dos Km 532, 539, 542, 578 e 583, devido aos impactos de chuvas atípicas do início do ano nessa região. Destaque para conclusão das obras de estabilização e da recomposição da estrutura de contenção da encosta no Anel Rodoviário (Km 539 e 542), sentido Vitória (ES) e na altura do bairro Califórnia (Km 532), sentido Sete Lagoas, ambas em Belo Horizonte (MG). As técnicas de engenharia utilizadas nessas obras foram: grampeamento de solo, a execução de concreto projetado, execução de cortina atirantada, novo muro de concreto e a reconstrução completa do sistema de drenagem.

Início de obra de recuperação profunda da drenagem em Conselheiro Lafaiete, no Km 628, com o objetivo de melhorar a segurança no trecho, diminuindo o risco de alagamentos. Destaque para a técnica de engenharia para construção de túneis de forma mais eficiente e menos destrutiva (*tunnel liner*), na execução dessa intervenção.

Assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG com a ANTT, dando continuidade ao processo de relicitação, estabelecendo as condições de prestação de serviços até o prazo para devolução da via ao Poder Concedente.

Sustentabilidade dos Negócios

Gestão pela Qualidade Total

Em 2020, a Via 040 recebeu a recertificação da ISO 14001 e a certificação da ISO 9001. As duas normas foram certificadas através de auditorias feitas pela Fundação Vanzolini, tendo validade até janeiro de 2023. A ISO 14001 foi conseguida através da implementação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental das atividades executadas na sede administrativa para monitoração da operação, manutenção e conservação da rodovia, bem como, o sistema de arrecadação das praças de pedágio ao longo dos 936,8 Km da rodovia situada no DF/GO/MG. A ISO 9001 foi conquistada através da implementação e manutenção das atividades executadas para o planejamento, manutenção e conservação do pavimento, conserva verde, terraplenos, obras de arte corrente, instalações elétricas, sinalização e elementos de proteção e segurança, ao longo de toda a extensão da via.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ética e Compliance

Em 2020, o grupo foi reconhecido pelo elevado nível de maturidade do Programa de Integridade, através de consultoria internacional, posicionando a Invepar acima da média do setor de infraestrutura. Seguem destaques:

- Estrutura de *Compliance* dedicada;
- Comunicação e treinamentos constantes que atingem colaboradores e terceiros;
- Processo de apuração de denúncias eficaz, suportado por Canal de Denúncias terceirizado;
- Avaliação de integridade de terceiros para tomada de decisão nas contratações de alto risco;
- Mapeamento de Conflitos de Interesses através de autodeclaração;
- Gerenciamento dos riscos estratégicos da empresa;
- Sistema integrado para suportar os processos de *Compliance*, Riscos e Controles Internos;
- Comitê de ética multidisciplinar e atuante.

Relacionamento com a Sociedade

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico. Os projetos sociais do Grupo são desenvolvidos pelo Instituto Invepar com parceiros e atuam em diversas frentes, buscando reduzir eventuais impactos das operações das concessões sobre a sociedade. Também são promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões. A seguir serão listadas algumas iniciativas de caráter social do Grupo Invepar junto com a Via 040.

Programa Atitude Segura & Gentileza

Busca conscientizar a população sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é a Blitz Educativa, onde motoristas e pedestres recebem orientações e folhetos alertando sobre as consequências da utilização do celular ao volante e outras situações de risco.

Projeto Aliança pela Vida

Grupo de trabalho formado pela Via 040 e por representantes do poder público e de entidades do setor, projeto que tem como objetivo discutir e implantar melhorias de segurança para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

Campanha Nós

Criada pelo Instituto Invepar, a iniciativa beneficiou populações mais pobres afetadas pelas consequências da pandemia no país provocada pela expansão do novo coronavírus, em regiões vizinhas às empresas controladas pela Invepar no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Foram doadas 152,6 toneladas de alimentos, 72 mil ovos, 19 mil litros de material de limpeza e higiene, 409 mil máscaras de tecidos a mais de 73 mil pessoas moradoras de 101 comunidades carentes. Ao todo, foram investidos cerca de R\$ 700 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Meio Ambiente

Sempre vigilante às questões ambientais, a Via 040 monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Através de uma Política de Meio Ambiente estabelecida pela Matriz, diversos KPIs são desdobrados da Invepar para as empresas controladas, de modo a garantir seu controle e acompanhamento conforme modelo de gestão de resultados do Grupo. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção da Invepar através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Em 2020, a Via 040 aumentou 38% na destinação dos Resíduos Não perigosos gerados, com acréscimo de 28% de material fresado doado para as prefeituras municipais ao longo da rodovia. Além disso, também houve um acréscimo de 40% na destinação de resíduos sólidos em razão do leilão de sucatas de defensas metálicas, de sucatas de pneus e de sucatas de baterias.

Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos.

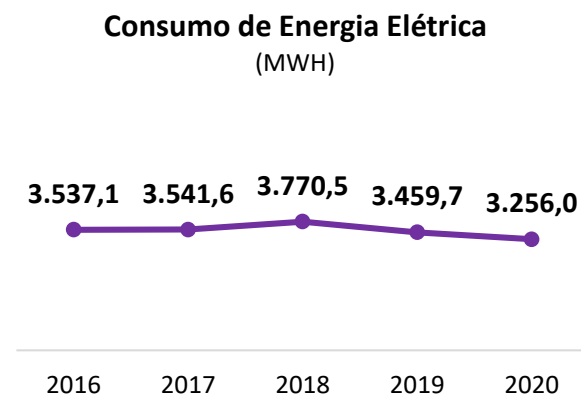
Consumo de Água

Em 2020, devido a adoção do *home office* para alguns colaboradores, em virtude da pandemia do COVID-19, houve uma redução no consumo de água da sede administrativa da Via 040, o que implicou na redução de 1% no consumo geral se comparado a 2019.



Consumo de Energia

Em 2020, não teve implantação de recursos que justificassem a redução de energia. Entretanto, em função da pandemia do COVID-19 e suas consequências, observou-se uma redução de 5,9%, justificada por *home office*, entre outros.

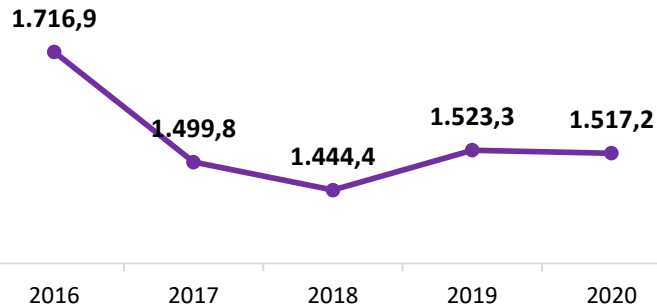


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Consumo de Combustível

Em 2020, não houve uma variação que necessitasse de justificativa para o consumo de combustível. Foi ligeiramente menor comparado a 2019.

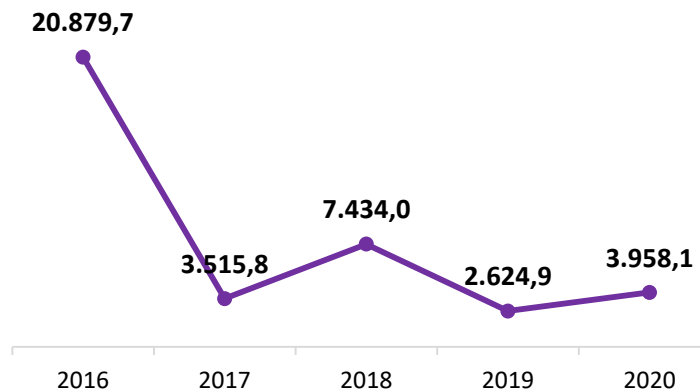
Consumo de Combustível
(1.000 litros)



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

Em 2020, tivemos aumento de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) do Escopo 1, devido ao aumento do número de supressões de árvores nativas e exóticas para a realização das obras emergenciais na rodovia BR 040 e devido as ocorrências de fortes chuvas nos meses de janeiro e fevereiro/2020, que acarretaram na instabilidade de alguns pontos de terraplenos na faixa de domínio. Nas emissões do Escopo 2, houve uma redução mínima esperada devido as implantações de distanciamento social durante a pandemia.

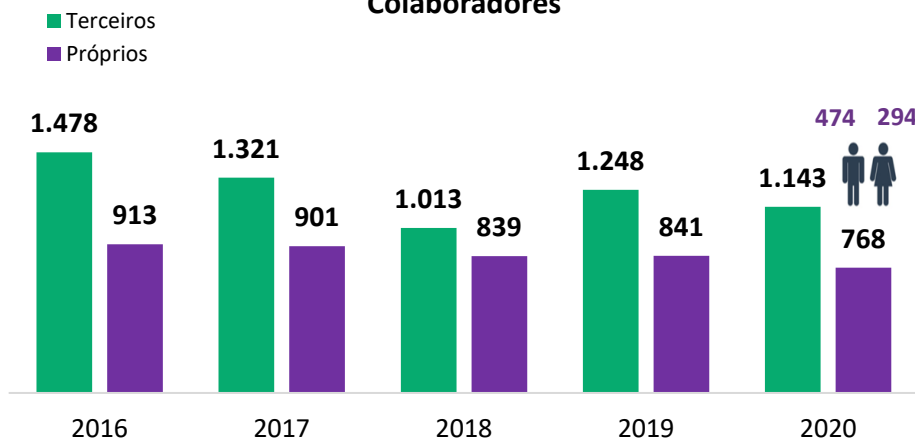
Emissões de GEE Escopos 1 e 2
(tCO₂e)



Recursos Humanos



Colaboradores



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2020, houve redução significativa do quadro funcional da companhia para adequação ao novo modelo de operação e/ou estrutura, a revisão da demanda da empresa e aos impactos da pandemia da COVID19.

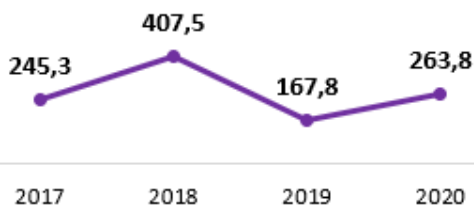
Uma das medidas tomadas pela empresa para proteção de seus funcionários de propagação do vírus, foi a adoção do *Home Office* em setores aonde foi possível essa modalidade. Todos os colaboradores pertencentes ao grupo de risco foram afastados e foram adotadas as medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, além de priorizar as reuniões por videoconferência e reforço na higienização de todos os locais de trabalho.

Conforme adiantado no relatório de 2019, em 2020, estavam previstas a implantação de iniciativas diversas voltadas para a promoção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores do Grupo, bem como, desenvolvimento profissional. Foram disponibilizados cursos de Mindfulness, Gestão do Tempo, Inteligência Emocional, Saúde Financeira, Comunicação Eficaz, Argumentação e Influência, Carreira com Protagonismo, Inovação e Criatividade, Negociação e Feedback.

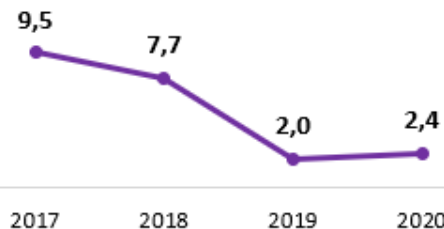
Ações voltadas para a redução e prevenção de acidentes são promovidas pela Invepar para todas as empresas do Grupo, bem como treinamentos e instruções práticas e teóricas. Dentre essas ações, destaque para os treinamentos técnicos voltados aos colaboradores, como o que abordou a NR-12, norma que visa a garantir que máquinas e equipamentos sejam seguros para o uso do colaborador, e a NR-35 que estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, de forma a garantir a segurança e a saúde dos colaboradores. Destaque também para a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), realizada em todas as empresas do Grupo. Os eventos contaram com uma série de atividades a fim de fomentar a conscientização a respeito de temas ligados à saúde e segurança no trabalho e no cotidiano, com foco na prevenção de acidentes e na qualidade de vida.

Os resultados dessas ações podem ser vistos nos indicadores a seguir:

Taxa de Gravidade
(Nº dias perdidos e Debitados / Homem-Hora
Trabalhada x 1.000.000)



Taxa de Frequência de Acidentes
(Nº de funcionários acidentados / Homem-Hora
Trabalhada x 1.000.000)

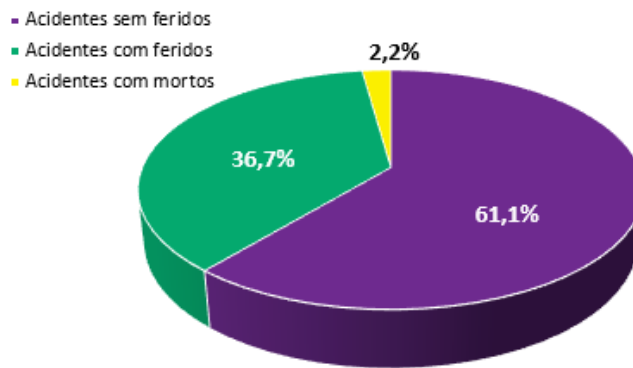


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

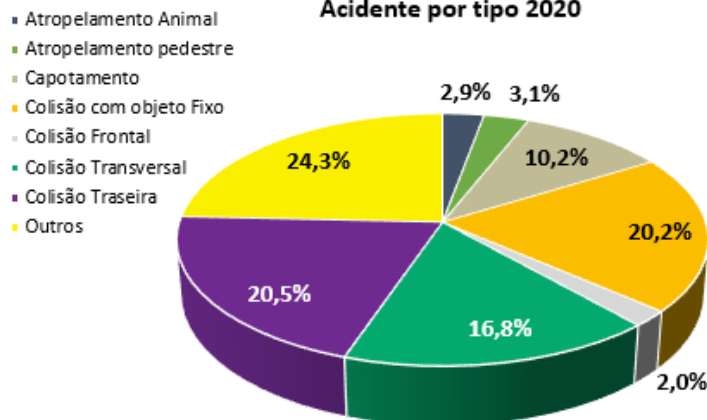
Segurança no Trânsito

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e por quantidade de sinistros. A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por gravidade 2020



Acidente por tipo 2020



Dados da Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tipo de veículos	Quantidade	Qtde/100Km
AMBULANCIA	31	3
BOIADEIRO	6	1
CACAMBA	2	0
COMPRESSOR	3	0
EMPILHADEIRA	2	0
FURGÃO	23	2,5
PIPA / GUINCHO / MINI CARREGADEIRA	45	5
MOTOCICLETA	4	0,5
MUNCK	6	1
PICK-UP	26	3
PINTURA	3	0
CESTO AÉREO	1	0
ROLO COMPACTADOR / VIBRATORIO	3	0
SEMI REBOQUE / CARRETINHA	14	2
VEICULO ADMINISTRATIVO	65	7
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	15	2
Total	249	27

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo da Função	Quantidade	Qtde/VDMA
GER OPERACAO VIA040	1	52
COORD OPERACAO	4	209
SUPERVISOR OPERACAO	4	209
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10	521
SUPERVISOR CCO RODOVIAS	1	52
OP CENTRO CONTROLE OPERACIONAL	19	991
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO I	144	7.508
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO II	36	1.877
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO III	4	209
AUXILIAR OPERACAO	2	104
Total de Pessoal Operacional	225	11.732
SUPERVISOR PESAGEM	1	52
OPERADOR PESAGEM	15	782
Total de Pessoal Pesagem	16	834
LIDER PRACA	43	2.242
MOTORISTA	14	730
OPERADOR PEDAGIO	226	11.783
Total de Pessoal de Pedágio	283	14.755
Total de Pessoal	524	27.321

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Desde a sua constituição e até o último exercício social, inclusive, a Companhia não auferiu lucros e, por isso, não foram distribuídos dividendos, bem como outros tipos de proventos ao seu acionista controlador.

Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido resultados satisfatórios no atingimento das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e demandas da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

O planejamento empresarial é parte fundamental para o êxito nos processos de adaptação às mudanças aceleradas no setor em que a Companhia atua.

Resultados

Contexto Econômico

A atividade econômica foi duramente afetada ao redor do mundo, ao longo do ano de 2020. A medida em que a pandemia da Covid-19 se alastrou, os países implementaram medidas rígidas de distanciamento social como forma de combate a disseminação do coronavírus e com isso o PIB mundial registrou forte queda. O fechamento do comércio não essencial, que causou um o regime de *Homeoffice* adotado pela grande maioria das empresas causou uma forte redução na atividade econômica e uma ruptura na cadeia global de suprimentos. Além disso, o fechamento de fronteira de vários países, o cancelamento de voos pelas companhias áreas brasileiras e internacionais e as campanhas governamentais buscando o distanciamento social, afetaram forte e negativamente os resultados operacionais e financeiros de empresas ao redor do mundo. Com isso, os bancos centrais ao redor do mundo iniciaram política de estímulo monetário com a redução de juros para estimular a economia. Além disso, os governos também promoveram pacotes de estímulo fiscal e auxílios emergenciais para a população. No Brasil, não foi diferente, e, em agosto de 2020, o Banco Central, que já vinha em processo de estímulo monetário, fixou a taxa básica de juros (SELIC) em 2%, menor nível histórico desde o início

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

da série em 1996. Adicionalmente, o governo implementou o auxílio emergencial, que foi inclusive prorrogado até o final de 2020, como forma de suporte para as pessoas mais afetadas pela crise.

Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2020 com alta de 4,52% o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 23,14%, a mais forte desde 2002.

A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados a este tema, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Receita e Mercado



As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária BR 040 S.A. – Via040 são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A tarifa praticada em 2020 foi R\$ 5,30.

Em 2020, trafegaram 70,2 milhões de veículos nas 11 praças de pedágio, volume 0,6% menor em relação a 2019.

A receita com pedágio da Companhia atingiu o volume de R\$ 372,2 milhões, com redução de 0,6 % sobre 2019. Quando adicionadas as receitas acessórias obtidas no período, o montante registrado passa a R\$ 382,0 milhões.

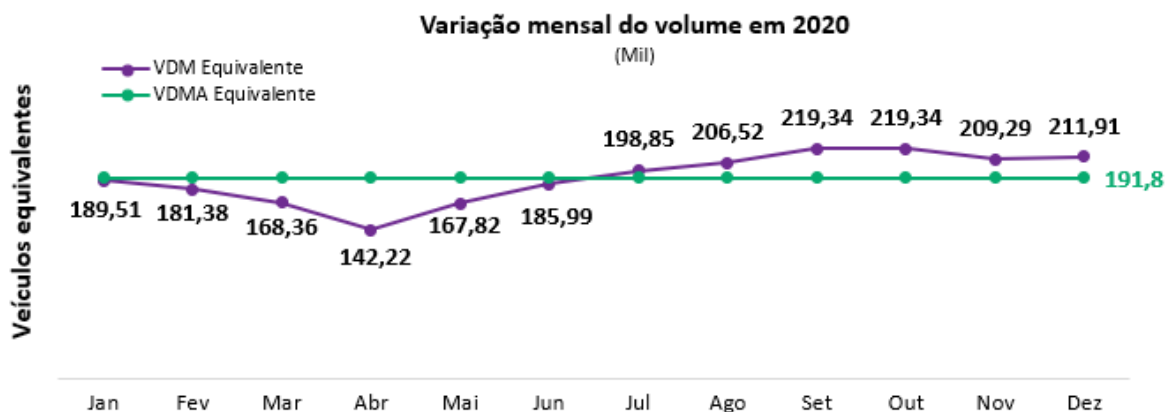
Indicadores Operacionais



Caracterização do Tráfego

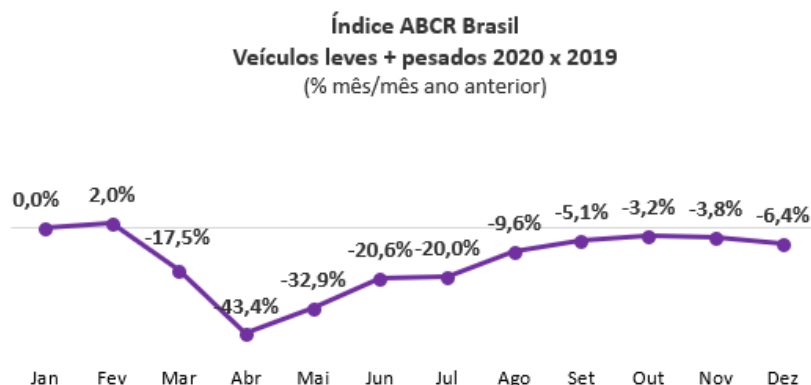
Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente. O Volume Diário Médio Equivalente previsto não foi exigido quando da proposta para esta concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Desempenho Operacional

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria mostram que o fluxo total de veículos pelas rodovias pedagiadas para as rodovias sob o regime de concessão privada registraram queda de 13,1% no ano. Entretanto, pode-se observar uma



resiliência no fluxo de veículos pesados, que caiu somente 1,1% em 2020, devido à continuidade da demanda por bens essenciais e de consumo, além de uma recuperação da indústria e do comércio em relação ao início da pandemia. Apesar de também apresentar sinais de recuperação em função da retomada de algumas atividades e a flexibilização das medidas de isolamento social, o fluxo de veículos leves registrou queda de 16,9% em 2020.

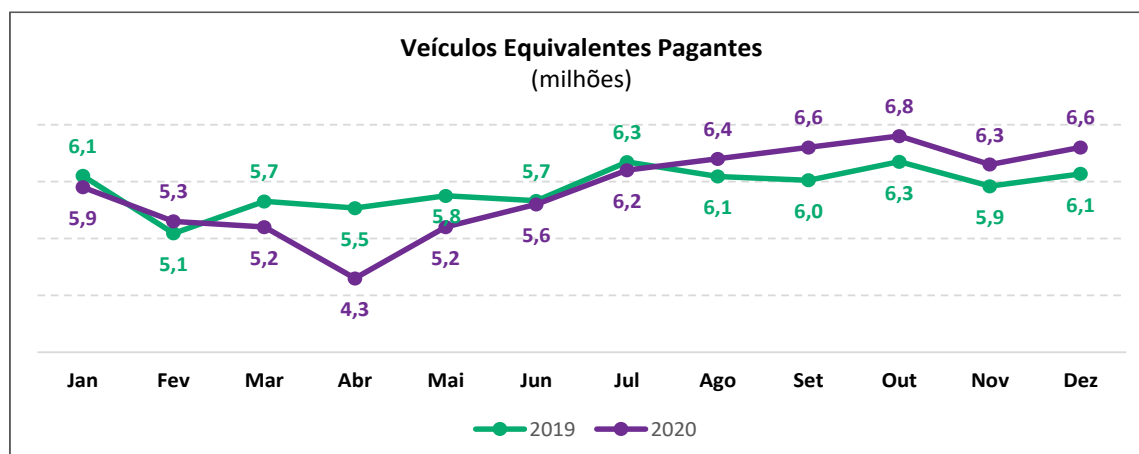
Desempenho Operacional (mil)	4T20	4T19	▲	2020	2019	▲
VEPs ¹	19.647	18.402	6,8%	70.197	70.634	-0,6%
Veículos leves	5.573	5.522	0,9%	18.804	21.059	-10,7%
Veículos Pesados	14.074	12.880	9,3%	51.392	49.575	3,7%
Tráfego ²	9.048	8.801	2,8%	31.517	33.750	-6,6%
Veículos Leves	5.616	5.569	0,8%	18.995	21.330	-11,0%
Veículos Pesados	3.286	3.050	7,7%	11.965	11.715	2,1%
Veículos Isentos	147	182	-19,8%	557	705	-20,9%
Tarifa Média (R\$)	5,30	5,30	0,0%	5,30	5,30	0,0%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

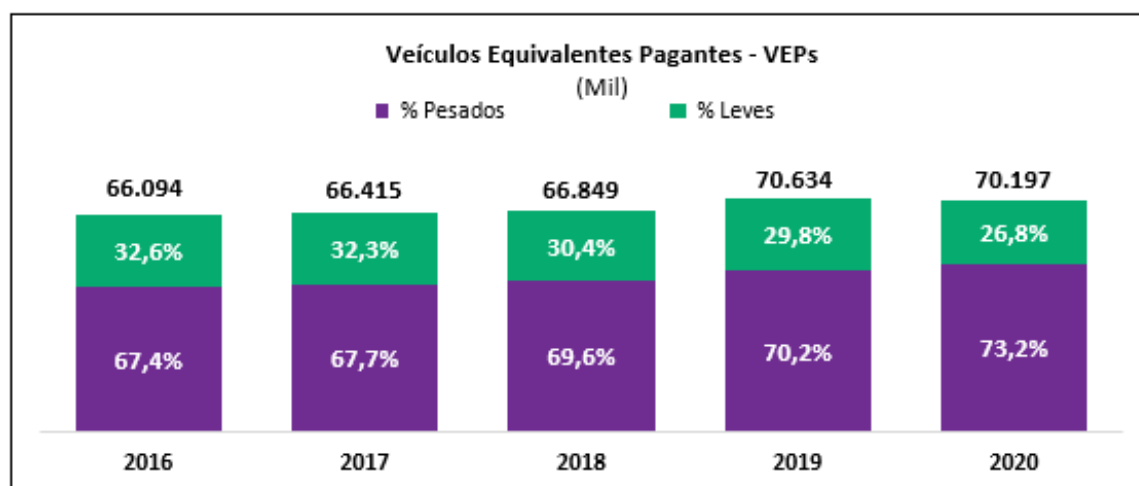
² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A Via040 registrou 70,2 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs, em 2020, representando uma redução de 0,6% em relação a 2019. Somente considerando o 4T20 verifica-se um aumento de 6,8% quando comparado ao 4T19. Por possuir em sua maioria tráfego comercial, a concessão foi menos impactada quando comparamos, por exemplo, com as demais rodovias. A partir do mês de agosto de 2020, o número de VEP's apresenta superação, quando comparado aos mesmos meses de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No quarto trimestre de 2020, a Companhia registrou 19,7 milhões de VEPs em suas praças de pedágio frente a 18,4 milhões no mesmo período do ano anterior, um aumento de 1,3 milhões. Os VEPs pesados foram responsáveis por 96% desse aumento.



Aspectos Financeiros



Aspectos Gerais

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão.

Receita - R\$ mil	2020	Acumulada
Receita com Pedágio	372.227	1.741.002
Receita extraordinária	9.736	41.645
Total	381.963	1.782.647

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos - R\$ mil	2020	Acumulada
Investimentos	118.346	872.532

Custos Operacionais - R\$ mil	2020	Acumulada
Custos Operacionais	379.331	1.283.664

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base e no acumulado desde o início das operações.

ISS - R\$ mil	2020	Acumulada
ISS	17.457	80.197

Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em todas as praças de pedágio, por categoria de veículo e em reais.

Cobrança	Categoria de Veículo											
	1 eixo simples	0,5 eixo simples	1,5 eixo simples	2 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos	7 eixos duplos	8 eixos duplos	9 eixos duplos
Durante todo o ano de 2019	5,30	2,65	7,95	10,60	10,60	15,90	21,20	26,50	31,80	37,10	42,40	47,70

Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T20	4T19	▲	2020	2019	▲
Receita Bruta	135.313	103.841	30,3%	500.263	484.704	3,2%
Receitas com Pedágio	104.178	97.579	6,8%	372.227	374.429	-0,6%
Receitas Acessória	2.484	2.490	-0,2%	9.736	8.449	15,2%
Receita de Construção (IFRS)	28.651	3.773	659,6%	118.300	101.827	16,2%
Receita Bruta Ajustada ¹	106.662	100.068	6,6%	381.963	382.878	-0,2%
Deduções da Receita Bruta	(8.775)	(8.235)	6,6%	(31.400)	(31.694)	-0,9%
Receita Líquida Ajustada ¹	97.887	91.834	6,6%	350.563	351.184	-0,2%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Receita Líquida Ajustada reduziu 0,2% no ano de 2020, em relação a 2019, e atingiu R\$ 97,9 milhões no quarto trimestre de 2020, 6,6% superior à verificada no mesmo período do ano anterior. A redução da Receita Líquida Ajustada no ano de 2020 foi impactada pela redução dos VEP's no início da pandemia.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T20	4T19	▲	2020	2019	▲
Pessoal	(12.567)	(12.263)	2,5%	(64.180)	(49.781)	28,9%
Conservação & Manutenção	(26.352)	(15.345)	71,7%	(84.894)	(52.945)	60,3%
Operacionais	(21.345)	(17.927)	19,1%	(76.904)	(66.057)	16,4%
Demais Gerais e Administrativas	(943)	(8.889)	-89,4%	(8.413)	(39.827)	-78,9%
Custos & Despesas Administráveis	(61.207)	(54.424)	12,5%	(234.391)	(208.610)	12,4%
Reversão e (Provisão) para Contingências Judiciais	(6.986)	(148.577)	-95,3%	28.705	(148.577)	-119,3%
Impairment ¹	(271.730)	(375.276)	-27,6%	(271.730)	(375.276)	-27,6%
Depreciação e amortização	(19.378)	(19.429)	-0,3%	(76.164)	(70.662)	7,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(359.301)	(597.706)	-39,9%	(553.580)	(803.125)	-31,1%
Provisão para manutenção (IFRS)	13.918	(1.024)	-1460,5%	10.457	(3.743)	-379,4%
Custo de Construção (IFRS)	(28.651)	(3.773)	659,6%	(118.300)	(101.827)	16,2%
Custos & Despesas Operacionais	(374.034)	(602.502)	-37,9%	(661.423)	(908.695)	-27,2%

¹ Redução ao valor recuperável do ativo

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Para fins de comparabilidade com os mesmos períodos de 2019, no 4T20 e no acumulado de 2020, foram ajustados dos Custos & Despesas Administráveis a provisão e a reversão de provisão para contingências judiciais, bem como o valor do *Impairment*. O aumento nos gastos com Pessoal no 4T20 reflete os custos e despesas com rescisões, enquanto no acumulado do ano registra-se aumento com benefícios e assistência médica. Os maiores gastos com Conservação & Manutenção, tanto no 4T20 quanto em 2020, ainda estão relacionados às fortes chuvas na região de Minas Gerais no início do ano, com necessidade de intervenções emergenciais de contenção e recuperação de encostas. Despesas Operacionais também aumentaram no período analisado, especialmente no 3T20 quando ocorreu o pagamento das verbas de fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT das competências maio e junho que haviam sido postergadas. A queda nas Despesas Gerais & Administrativas está relacionada aos esforços da Companhia na contenção de custos e despesas, com impacto em diversas linhas. O Custo de Construção reflete o cronograma de obras da rodovia.

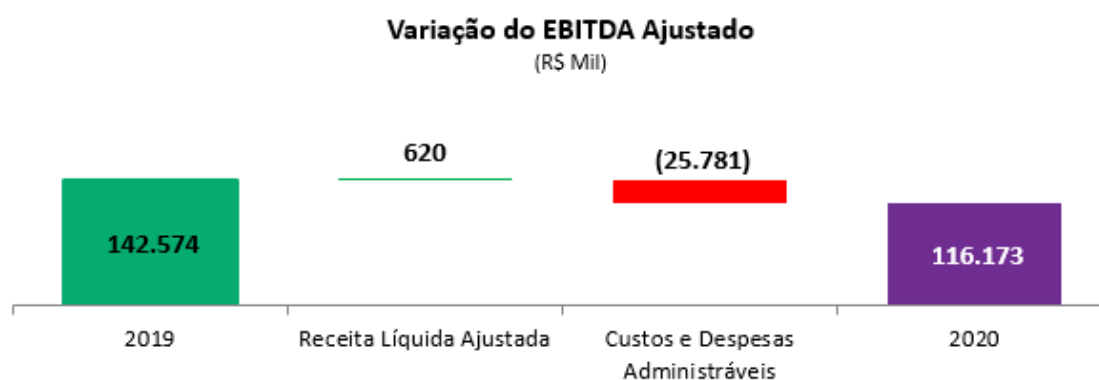
EBITDA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T20	4T19	▲	2020	2019	▲
Prejuízo Líquido	(362.228)	(531.500)	-31,8%	(378.693)	(554.598)	-31,7%
Resultado Financeiro Líquido	115.410	24.985	361,9%	187.950	100.435	87,1%
IRPJ & CSLL	(674)	(380)	77,4%	(1.815)	(1.521)	19,3%
Depreciação e Amortização	19.378	19.429	-0,3%	76.164	70.662	7,8%
EBITDA ICVM 527	(228.115)	(487.466)	-53,2%	(116.395)	(385.022)	-69,8%
Margem EBITDA	-180,3%	-509,9%	-690,2p.p	-24,8%	-85,0%	-109,8 p.p
Receita de Construção (IFRS)	(28.651)	(3.773)	659,6%	(118.300)	(101.827)	16,2%
Custo de Construção (IFRS)	28.651	3.773	659,6%	118.300	101.827	16,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(13.918)	1.024	-1460,5%	(10.457)	3.743	-379,4%
Reversão e (Provisão) para Contingências Judiciais	6.986	148.577	-95,3%	(28.705)	148.577	-119,3%
Impairment ¹	271.730	375.276	-27,6%	271.730	375.276	-27,6%
EBITDA Ajustado¹	36.683	37.410	-1,9%	116.173	142.574	-18,5%
Margem EBITDA Ajustada¹	37,5%	40,7%	-3,3p.p	33,1%	40,6%	-7,5 p.p

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

A redução do EBITDA é explicada, principalmente, pelo menor reconhecimento de perdas (*Impairment*) no período.



Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T20	4T19	▲	2020	2019	▲
Resultado Financeiro	(115.410)	(24.985)	361,9%	(187.950)	(100.435)	87,1%
Receitas Financeiras	219	489	-55,4%	1.680	1.445	16,3%
Descontos obtidos	-	(1)	-100,0%	38	598	-93,6%
Juros sobre Aplicações Financeiras	33	109	-69,4%	164	347	-53,0%
Variação monetária ativa	185	380	-51,3%	1.478	500	196,2%
Despesas Financeiras	(115.628)	(25.474)	353,9%	(189.630)	(101.880)	86,1%
Comissões e despesas bancárias	(102.780)	(6.909)	1387,8%	(114.882)	(16.006)	617,8%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.095)	(8.965)	-9,7%	(56.700)	(60.397)	-6,1%
Variação monetária passiva	(204)	(191)	6,8%	(492)	(2.618)	-81,2%
Outros ¹	(4.549)	(9.409)	-51,7%	(17.556)	(22.859)	-23,2%

¹ Parte deste valor refere-se a Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança).

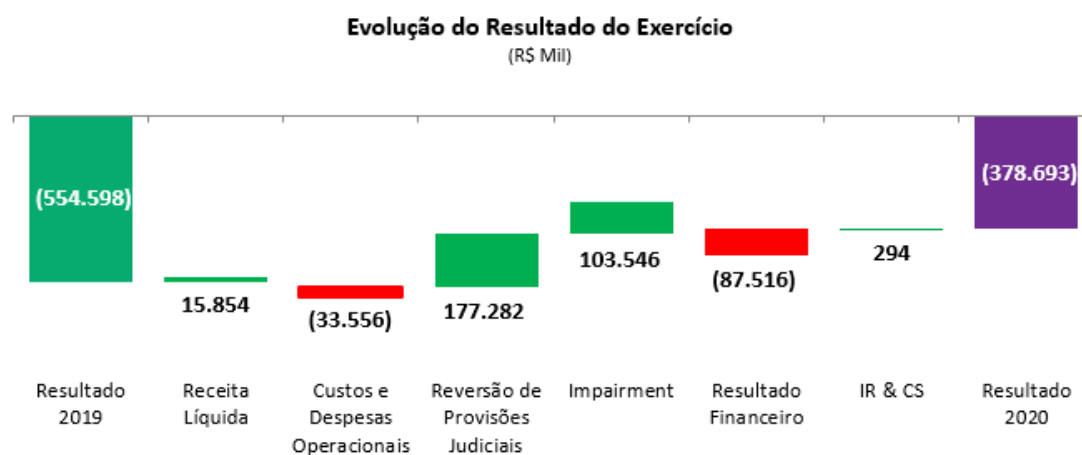
O Resultado Financeiro Líquido de 2020 piorou quando comparado a 2019, devido, principalmente, pelo reconhecimento no resultado de custos incorridos (R\$97,7MM), quando da quitação do empréstimo ponte junto ao BNDES, devido a nova configuração da dívida.

Resultado do Exercício

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

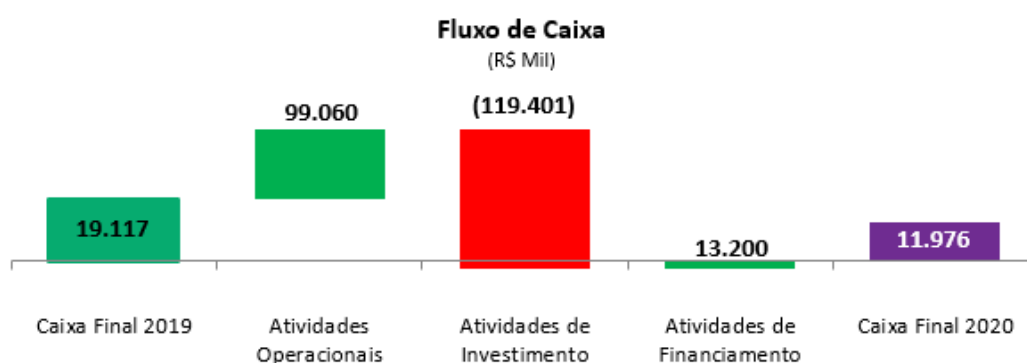
Resultado Líquido (R\$ mil)	4T20	4T19	▲	2020	2019	▲
Prejuízo do Exercício	(362.228)	(531.500)	n.m	(378.693)	(554.598)	n.m

A Via 040 encerrou o ano de 2020 com Prejuízo Líquido de R\$ 378,7 milhões, refletindo, principalmente, o efeito causado pelo teste de *Impairment*, no valor de R\$ 271,7 milhões.



Fluxo de Caixa

No último ano, a Via 040 apresentou saldo final de caixa de R\$ 12,0 milhões, uma redução de 37,4% em relação a 2019, explicada pela maior aplicação nas atividades de investimento.



Investimentos

Durante o ano de 2020, foram investidos R\$ 121,4 milhões em projetos que atendem os parâmetros contratuais, como pavimentação, terraplanagem, estrutura de contenção, sistemas de drenagem e os voltados para a segurança viária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos (R\$ mil)	2020	2019	▲
Investimento Total	121.404	115.043	5,5%
Imobilizado	3.058	1.447	111,3%
Intangível	118.346	113.596	4,2%
Intangível em construção	118.346	112.952	4,8%
Direito de concessão	-	644	-100,0%

Captações de Recursos

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	2020	2019	▲
Dívida Bruta	(905.089)	(807.704)	12,1%
Curto Prazo	(6.692)	(44.142)	-84,8%
Empréstimos e Financiamentos	(6.692)	(44.142)	-84,8%
Longo Prazo	(898.396)	(763.562)	n.m
Empréstimos e Financiamentos	(898.396)	(763.562)	n.m
Disponibilidades	11.976	19.117	-37,4%
Dívida Líquida	(893.113)	(788.587)	13,3%

A Dívida Líquida da Companhia aumentou 13,3% em 2020, atingindo R\$ 893,1 milhões. A Dívida Bruta atingiu o montante de R\$ 905,1 milhões no mesmo período, um aumento de 12,1% frente ao verificado em 2019, devido ao *Standstill* conseguido junto ao BNDES. Em outubro deste ano, a Companhia liquidou o empréstimo-ponte junto ao BNDES em razão da honra voluntária das cartas fianças, passando os bancos emissores dessas cartas a serem os credores da Companhia. O vencimento passou para 2022 e os juros para CDI+1% a.a.

Valor Adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado ficou negativo em R\$ 284,5 milhões, enquanto em 2019 o saldo ficou negativo em R\$ 355,5 milhões. Esta redução ocorreu especialmente, por menores insumos adquiridos de terceiros como materiais, energia e serviços.

Considerações Finais

Estratégia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O posicionamento estratégico da Via 040 segue direcionado para a gestão do trecho da BR-040 sob sua concessão, mantendo a operação da rodovia de forma a garantir a segurança e atendimento 24 horas aos seus usuários com a disponibilização dos serviços de socorro médico e mecânico, além da realização de serviços de conservação, sinalização, manutenção do pavimento e inspeção, até que o processo de relicitação seja concluído. Por fim, a Companhia espera que sejam rapidamente implementadas as medidas necessárias para mitigar os efeitos da disseminação do COVID-19. A Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

Auditores

A Via040 utiliza os serviços de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes desde 01 de abril de 2016. No exercício encerrado em dezembro de 2020, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Nova Lima, 25 de março de 2021

Marcus Vinicius Figur da Rosa

Diretor de Relações com Investidores

Diretor de Relações com Investidores

Marcus Vinicius Figur da Rosa



ri@via040.invepar.com.br



+55 21 2211 1300

Equipe de Relações com Investidores

Marcelo Santos

Amanda Pimentel

Maiara Sobrinho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Anexos

Concessionária em Números

Dado	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2020												
Quilômetros de rodovia	Quilômetros	936,8												
Número de veículos que transitaram	Quantidade por eixos simples e duplos	0,5 eixo simples 540.581	2 eixos simples 18.728.023	3 eixos simples 200.226	4 eixos simples 19.398	2 eixos duplos 2.686.839	3 eixos duplos 2.081.459	4 eixos duplos 2.150.877	5 eixos duplos 1.411.012	6 eixos duplos 2.483.040	7 eixos duplos 716.365	8 eixos duplos 16.081	9+ eixos duplos 483.297	Total 31.517.198
Número de praças de pedágio	Quantidade	11												
Tarifa	R\$. Por tipo de veículos.	1 eixo simples 5,30	0,5 eixo simples 2,65	1,5 eixo simples 7,95	2 eixos simples 10,60	2 eixos duplos 10,60	3 eixos duplos 15,90	4 eixos duplos 21,20	5 eixos duplos 26,50	6 eixos duplos 31,80	7 eixos duplos 37,10	8 eixos duplos 42,40	9 eixos duplos 47,70	
Número de quilômetros mantidos	Quilômetros	936,8												
Índice de congestionamento	-	Não mensurado.												
Trânsito Médio Diário Equivalente	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo	jan/20 5.874.960	fev/20 5.259.960	mar/20 5.219.099	abr/20 4.266.506	mai/20 5.202.273	jun/20 5.579.618	jul/20 6.164.496	ago/20 6.402.155	set/20 6.580.340	out/20 6.799.419	nov/20 6.278.676	dez/20 6.569.288	
Trânsito Diário Anual Equivalente	Média Anual	191,8 mil VEP/dia												
Equipes utilizadas pelo concessionário	Pessoal, veículos e máquinas	Total de Pessoal Operacional - 225 Total de Pessoal Pesagem - 16 Total de Pessoal de Pedágio - 283 Total de Pessoal - 524												
Índices de qualidade de estrada	-	Não mensurado.												
Receita de pedágio	Em R\$ mil	372.227												
Custos associados às receitas de pedágio	Em R\$ mil	379.331												

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fator Trabalho	Unidade de Medida ou comentário		Dados Anuais - 2020											
Número de Trabalhadores	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	Ger. Oper.	Coord. Oper.	Super. Oper.	Assist. Adm. E Aux. Oper.	Sup. CCO	Op. CCO	Op. Atend.	Sup. Pesag.	Op. Pesag.	Lider Praça	Motorista	Op. Ped.	Total
		1	4	4	12	1	19	184	1	15	43	14	226	524
Despesas de Pessoal	R\$ mil. Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	Operações: 38.250			Administrativo: 25.149			Diretoria: 781			Temporário: 0			
Fator Capital	Unidade de Medida ou comentário		Dados Anuais - 2020											
Despesas de Depreciação /Amortização	R\$ mil. Depreciação é o Linear. Para a Amortização considera-se o prazo de concessão da rodovia.	76.164												
Ativo Líquido	R\$ mil. Ativo Total menos Passivo Total	-116.572												
Ativo Bruto	R\$ mil. Passivo Total	1.042.240												
Série Histórica dos Investimentos	R\$ mil	2016	2017	2018	2019	2020								
		328.298	223.597	88.695	113.596	118.346								
Custos de Oportunidade do Capital	R\$ mil	Não informado.												
Fatores Intermediários	Unidade de Medida ou comentário		Dados Anuais - 2020											
Despesas em Administração	R\$ mil. Não inclui despesas trabalhistas administrativas	11.396												
Despesas em Manutenção e Conservação	R\$ mil	84.894												
Outras Despesa Operacionais	R\$ mil	266.934												
Seguridade	Unidade de Medida ou comentário		Dados Anuais - 2020											
Quantidade de Acidentes	Quantidade. Sem feridos, com feridos e com mortos.	Sem feridos			Com feridos			Com mortos						
		2.765			1.662			99						
Indicadores	Unidade de Medida ou comentário		Dados Anuais - 2020											
Receita por veículo	R\$. Receita Operacional Bruta Total dividida pela quantidade total de veículos. R\$ mil	5,30												
Custo por veículo	R\$. Custos e Despesas Total Total divid pela quantidade total de veículos.	5,40												

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Balanco Social**

1 - Base de cálculo	2020 - valor			2019 - valor		
Faturamento bruto (FB)	381.963			382.879		
Receita Líquida (RL)	350.563			351.184		
Resultado operacional (RO)	-279.164			-576.963		
Folha de pagamento bruta (FPB)	20.006			30.133		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	20.006			30.133		
2 - Indicadores sociais internos	Valores 2020 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2019 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.214	1,1%	1,2%	3.552	0,9%	1,0%
Encargos sociais	9.156	2,4%	2,6%	7.382	1,9%	2,1%
Previdência privada	175	0,0%	0,0%	173	0,0%	0,0%
Saúde	4.077	1,1%	1,2%	3.739	1,0%	1,1%
Segurança e Saúde no trabalho		0,0%	0,0%	229	0,1%	0,1%
Capacitação e desenvolvimento profissional	104	0,0%	0,0%	244.126	63,8%	69,5%
Creches ou auxílio creche	85	0,02%	0,0%	115	0,03%	0,0%
Participações nos lucros ou resultados	1.978	0,5%	0,6%	2.594	0,7%	0,7%
Outros		0,0%	0,0%	1.370	0,4%	0,4%
Total - Indicadores sociais internos	19.789	5,2%	5,6%	263.051	68,7%	74,9%
3 - Indicadores sociais externos	Valores 2020 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2019 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Esporte	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total de contribuição à sociedade	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	15.071	3,9%	4,3%	15.946	4,4%	4,8%
Total - Indicadores sociais externos	15.071	3,9%	4,3%	15.946	4,4%	4,8%
4 - Indicadores ambientais	Valores 2020 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2019 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	0	0,0%	0,0%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	698	0,2%	0,2%	419	0,11%	0,12%
Total de investimentos em meio ambiente	698	0,2%	0,2%	419	0,11%	0,12%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

(X) Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 70%
 () Cumpre de 75 a 100 %

(X) Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 70%
 () Cumpre de 75 a 100 %

5 - Indicadores do corpo funcional	2020	2019
Nº de colaboradores ao final do período e tempo de serviço	768	875
Até seis meses	13,54%	14,29%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

De seis meses a um ano	7,42%	9,49%
Entre um e dois anos	14,58%	15,66%
Entre dois e cinco anos	33,72%	47,54%
mais de cinco anos	30,73%	13,03%
Nº de admissões durante período	206	183
Nº de demissões durante período	321	212
Nº de colaboradores terceirizados	1143	1293
Nº de estagiários (as)	9	0
Nº de colaboradores com até 18 anos		1
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	108	139
Nº de colaboradores entre 25 anos e 45 anos	570	638
Nº de colaboradores acima de 45 anos	90	97
Nº de mulheres que trabalham na Concessionárias	294	357
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	13%	0%
Remuneração paga para as mulheres no período	R\$ 538.106,97	R\$ 537.524,29
% de negros (as) que trabalham na Concessionária	7,81%	6,29%
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	30	34

Total de horas extras trabalhadas	18.480 horas	50.409 horas
-----------------------------------	--------------	--------------

5 - Indicadores do corpo funcional - Em R\$ mil	Valores 2020 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2019 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Total de horas extras pagas	565	0,1%	0,2%	798	0,2%	0,2%
Total de INSS pago	6.745	1,8%	1,9%	6.635	1,7%	1,9%
Total de FGTS pago	2.411	0,6%	0,7%	2.422	0,6%	0,7%
Total de Contribuição Sindical paga	0	0,0%	0,0%	3	0,0%	0,0%
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0,0%	0,0%	41	0,0%	0,0%
Total do ICMS recolhido no período	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total do IR recolhido no período	0	0,0%	0,0%	-1.118	-0,3%	-0,3%
Total de CSLL recolhido no período	0	0,0%	0,0%	-403	-0,1%	-0,1%
Total de PIS recolhido no período	2.499	0,7%	0,7%	2.530	0,7%	0,7%
Total de COFINS recolhido no período	11.553	3,0%	3,3%	11.690	3,1%	3,3%
Total de outros tributos recolhidos no período	0	0,0%	0,0%	51	0,0%	0,0%

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020	2019
---	------	------

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2,34%	2,78%
---	-------	-------

Número total de acidentes de trabalho	4	3
---------------------------------------	---	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção
	(X) direção e gerencias	(X) direção e gerencias
	() todos os colaboradores	() todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerencias	(X) direção e gerencias
	() todos os colaboradores	() todos os colaboradores

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	(X) todos + CIPA	(X) todos + CIPA
---	--------------------	--------------------

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	☐ não se envolve	☐ não se envolve
	☐ segue as normas OIT	☐ segue as normas OIT
	☐ incentiva as normas da OIT	☐ incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	☐ direção	☐ direção
	☐ direção e gerencias	☐ direção e gerencias
	☒ todos os colaboradores	☒ todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	☐ direção	☐ direção
	☐ direção e gerencias	☐ direção e gerencias
	☒ todos os colaboradores	☒ todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	☐ não são considerados	☐ não são considerados
	☐ são sugeridos	☐ são sugeridos
	☒ são exigidos	☒ são exigidos
	☐ não se envolve	☐ não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	☒ apoia	☒ apoia
	☐ organiza e incentiva	☐ organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	98,9% na concessionária	32% na concessionária
	0% no PROCON	100% no PROCON
	9% na Justiça	20% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir Distribuição do Valor Adicionado	2020	2019
Governo	54%	15%
Acionistas	-402%	-156%
Colaboradores	42%	12%
Terceiros	206%	29%
Retido	0%	0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040

Demonstrações contábeis acompanhadas do
relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Avenida Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

Em 30 de julho de 2015, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Concessão. A autorização foi dada pela ANTT para as praças de pedágio 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12. Em 23 de agosto de 2015, a Companhia deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, também conforme autorizado pela ANTT.

1.b) Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2020, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$46.002 (R\$35.365 em 31 de dezembro de 2019).

As condições macroeconômicas e socioeconômicas se deterioraram significativamente após 2013, ano do leilão do trecho sob concessão, com impactos negativos na arrecadação da Companhia devido à

Notas Explicativas

drástica redução do tráfego previsto, e também refletindo em alta de custos, principalmente aumentos extraordinários em preços administrados, revisão do valor de crédito a ser liberado para projetos de infraestrutura pelo BNDES, novas legislações, bem como atrasos na liberação de licenciamentos ambientais, gerando incertezas significativas quanto a rentabilidade do projeto de infraestrutura licitado.

Em virtude do manifesto rompimento das bases negociais do Contrato de Concessão e conforme disciplinado em instrumento contratual, a Concessionária formulou, em 08 de julho de 2016, pedido de revisão ordinária e extraordinária do Contrato de Concessão. Tendo em vista as inúmeras alterações imprevisíveis e extraordinárias que continuaram a afetar o equilíbrio econômico financeiro do contrato, este pedido foi reiterado em 23 de maio de 2017 e em 21 de março de 2018. A ANTT não esgotou, até o momento, a análise dos pleitos de reequilíbrio apresentados.

Em 05 de junho de 2017, o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.448 que, dentre outras, estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto aos órgãos competentes – Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), ao Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil (“MTPA”), Programa de Investimentos em Logística (“PIL”) - o pedido de adesão ao processo de relicitação supracitado, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da Invepar e pelo Conselho de Administração da Via 040, ambos em 08 de setembro de 2017.

Após diversos pedidos solicitando o posicionamento da ANTT acerca do pedido, em 25 de janeiro de 2018 a Agência acusou o recebimento do pedido de relicitação e informou que a Via 040 apresentou “todas as informações em conformidade ao que dispõe o § 2º do Art. 14” para formalizar o interesse em aderir ao procedimento de relicitação. A Agência também ressaltou que as providências necessárias para a celebração do termo aditivo, que estabelecerá as novas condições econômico-financeiras da concessão, que vigorará até a assunção do novo concessionário, ainda dependeria da regulamentação da Lei nº 13.448/2017.

Nesta mesma linha, a ANTT emitiu parecer favorável ao pleito de relicitação formulado pela Companhia, conforme consta no Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União no processo nº 034.459/2017-0, em 27 de setembro de 2017. Igualmente, verifica-se que o Plenário do referido Tribunal reconheceu a relevância da relicitação, de modo a assegurar que os usuários continuem usufruindo das condições de conforto e segurança inerentes ao trecho concedido.

Em que pesem as manifestações acima, diante da omissão do Poder Executivo quanto à regulamentação da relicitação e da ausência de decisão do Poder Concedente quanto aos pleitos de reequilíbrio formulados pela Via 040, a fim de mitigar a exposição da Companhia quanto às obrigações de investimento que estariam suspensas de acordo com adesão à Lei nº 13.448/17, em 20 de julho de 2018, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente a processo arbitral com o objetivo de afastar a imposição de penalidades e a redução de tarifa por ausência de execução de obrigações contratuais e por não atendimento de parâmetros de desempenho, bem como impedir a execução de garantias contratuais até o pronunciamento do Tribunal Arbitral. A decisão que deferiu a liminar foi proferida no dia 24 de agosto de 2018 e o processo arbitral foi instaurado no dia 18 de setembro de 2018.

Em 27 de agosto de 2018, a ANTT foi intimada acerca da decisão e, em 11 de setembro de 2018, contra a referida decisão, a ANTT interpôs agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, o qual foi indeferido, até deliberação do juízo arbitral ou até que se resolva a pendência administrativa de relicitação.

Notas Explicativas

Em 14 de setembro de 2018, através do Ofício nº 353/2018/SUINF, a ANTT formalizou o indeferimento do pleito de relicitação por ausência de regulamentação por parte do Poder Concedente, ressaltando a possibilidade de eventual reapresentação, quando da publicação da regulamentação, conforme segue: “Todavia, até o presente momento, o Poder Executivo não publicou ato específico disciplinando o referido artigo, fato que atualmente inviabiliza prosseguimento e eventual formalização da avença. Nesse sentido, comunicamos o indeferimento do pleito de relicitação apresentado pela Concessionária BR-040 S/A - Via040, por ausência de regulamentação do instituto por parte do Poder Executivo. Sem embargo, o indeferimento não prejudica eventual reapresentação do pleito quando da publicação da regulamentação, permanecendo hígidas e exigíveis as obrigações constantes do instrumento de outorga.”.

Após a prolação da liminar que assegurou a condição tarifária, o juízo determinou a abstenção da Agência quanto a aplicação de penalidades e a não exigência de investimentos, o que foi posteriormente ratificado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ato contínuo, a ANTT indeferiu o pleito de relicitação, sem fazer qualquer análise de mérito e afastou o cumprimento da referida decisão

No dia 18 de setembro de 2018, a Via 040 instaurou processo arbitral, em face da ANTT, com pedido de readequação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão e de ratificação da medida liminar deferida.

A Administração da Companhia, em sua melhor avaliação, acredita que a relicitação ainda é viável e portanto, mantém a premissa de receber, após a homologação do novo pedido de relicitação, uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão.

A Companhia e seus acionistas não poderão participar do novo leilão do trecho concedido por advento da relicitação e, até que se defina um novo vencedor do Leilão e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, a Companhia manterá os serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração prestados conforme níveis de serviços a serem regulados por um aditivo contratual a ser firmado entre a ANTT e a Companhia.

Diante desse cenário, a Administração da Companhia adotou, para mensuração dos seus ativos e passivos o critério de continuidade das operações.

Em 07 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário. Diante da publicação do referido Decreto, a INVEPAR por meio da Carta OF.GCC.0291.2019, apresentou novo pedido de Relicitação, contendo justificativas pormenorizadas da necessidade de relicitação do empreendimento.

Em 19 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) respondeu o pedido da V040 por meio do Ofício SEI nº 12545/2019/SUINF/DIR-ANTT, encaminhando as análises realizadas pelas Unidades Organizacionais da SUINF (GEREF, CIPRO, GEENG, COINFMG e GEFIR). Referido Ofício demonstra a deliberação favorável da ANTT quanto a viabilidade técnica da relicitação do empreendimento, apresentando os critérios e as condições da prestação dos serviços públicos, notadamente no que se refere os parâmetros de desempenho e os investimentos a serem mantidos a partir da celebração do Termo Aditivo.

Em 4 de outubro de 2019, a Concessionária protocolou a GCC.469.2019, apresentando sua concordância quanto aos temas propostas pela ANTT, com comentários adicionais sobre tais propostas, especialmente quanto ao valor da tarifa a ser cobrada dos usuários no decorrer da vigência do termo aditivo, sendo que tais aspectos seriam discutidos em conjunto com o Ministério da Infraestrutura. Por meio da GCC.469.2019, a Concessionária também submeteu à ANTT, proposta de

Notas Explicativas

minuta do Termo Aditivo.

Em 23 de outubro de 2019 a ANTT apresentou o OFÍCIO SEI Nº 15019/2019/GEREF/SUINF/DIR-ANTT, pelo qual exige complementação da documentação enviada pela Concessionária, especialmente quanto ao racional sobre a tarifa a ser praticada e a minuta do Programa de Exploração Rodoviária específico para a vigência do termo aditivo.

Em 28 de novembro de 2019, por meio da Deliberação Nº 1.015, de 26/11/2019, a ANTT atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação.

Em 23 de dezembro de 2019, o Ministério da Infraestrutura, por meio do Despacho Nº 48/2019/GM/MINFRA, de 20 de dezembro de 2019, declarou a compatibilidade do Requerimento de Relicitação com o escopo da política pública formulada para o setor rodoviário.

Em 13 de janeiro de 2020 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI) recomendou a qualificação do Empreendimento no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), por meio da Resolução Nº 105, de 10 de janeiro de 2020.

Em 19 de fevereiro de 2020 o Empreendimento foi qualificado no PPI por meio do Decreto Nº 10.248, de 18 de fevereiro de 2020.

Em 14 de julho de 2020, a Diretoria da ANTT aprovou a permissão para celebração de aditivo contratual que direciona a relicitação da VIA040.

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI.

O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022.

A Companhia entende que as medidas adotadas são suficientes para preservar o fluxo de caixa operacional frente as suas obrigações pelos próximos 12 meses. Além disso, se necessário, a Via 040 poderá receber suporte financeiro de sua controladora INVEPAR, na medida de sua disponibilidade, de forma a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo.

1.c) Efeitos da pandemia da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Dessa forma, os resultados da Companhia foram afetados, porém, desde o terceiro trimestre de 2020, a VIA040 apresentou recuperação do tráfego, observados no quadro abaixo com os dados do quarto trimestre de 2020 comparado com o mesmo período de 2019:

Veículos Equivalentes Pagantes (mil)

COMPANHIA	4T20	4T19	%	12M20	12M19	%
VIA 040	19.647	18.402	7%	70.197	70.634	(1%)

Notas Explicativas

Apesar dessa recuperação, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria da INVEPAR, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios do Grupo. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira das Companhias. O Comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível.

b1) Medidas e ações de curto e médio prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores.
- Estudos para soluções de liquidez: Com o auxílio de assessoria especializada, a diretoria da Companhia segue avaliando as alternativas de captação de recursos para injetar liquidez necessária para a sustentabilidade dos negócios.
- Acordo de Reestruturação do grupo INVEPAR: Após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas realizadas em 28 de setembro de 2020, foi assinado um Acordo de Reestruturação que prevê uma solução definitiva para a estrutura de capital da INVEPAR, com redução significativa da dívida, envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo. O desenho definitivo desta reestruturação ainda está em construção e está sujeito a uma série de condições precedentes e aprovações regulatórias. O Acordo de Reestruturação é um passo importante para uma solução definitiva para o passivo financeiro do grupo INVEPAR.

Até o momento da divulgação dessas Demonstrações Contábeis, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação à uma implementação bem sucedida do plano de vacinação contra a COVID-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio.

Notas Explicativas

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 25 de março de 2021.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa e Aplicação financeira.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real (R\$) de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de

Notas Explicativas

outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômico futuro fluirá para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a

Notas Explicativas

interpretação técnica ICPC 01 (R1) – contrato de concessão (IFRIC 12).

Nos exercícios de 2020 e 2019 não houve reconhecimento de margem de construção, os valores de receita e custo são iguais.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto àqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção até que todas as atividades necessárias ao preparo para uso do ativo qualificável estejam concluídas.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia constitui provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Notas Explicativas

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01 IFRIC12 e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de Pedágio	Receitas Acessória	Receitas Financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

Notas Explicativas

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

Notas Explicativas

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação

2.18. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são

Notas Explicativas

facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dois anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da relicitação da concessão, conforme NE01, e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórias e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

2.20. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

Notas Explicativas

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.23. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue:

- a) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º. de janeiro de 2021.
- b) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- c) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- d) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- e) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- f) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.446	4.834
Valor em poder da transportadora de valores	912	1.487
Aplicações financeiras		
Compromissadas com lastro em debêntures	<u>7.617</u>	<u>12.796</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>11.976</u>	<u>19.117</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de rentabilidade média destas aplicações era de 93,74% do CDI (97,29% em 31 de dezembro de 2019).

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
AVI (a)	15.640	17.175
Vale pedágio	1.339	1.244
Indenização de seguros (b)	-	8.806
Ocupação da faixa de domínio (c)	<u>7.253</u>	<u>5.641</u>
	24.232	32.866
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(430)	-
Total	<u>23.802</u>	<u>32.866</u>

(a) O saldo da rubrica “AVI” é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 24 dias.

(b) Indenização recebida em 21 de janeiro de 2020.

(c) Os saldos apresentados advêm da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121- 150 dias	151- 180 dias	> 180 dias
30 de setembro de 2020	24.232	(430)	4.792	18.281	17	43	49	16	16	1.018
31 de dezembro de 2019	32.866	-	30.868	436	17	1.545	-	-	-	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$3.428 como perda definitiva (R\$382 em 31 de dezembro de 2019).

Em função da Pandemia, houve um incremento dos créditos vencidos e não pagos e dessa forma, a Companhia decidiu constituir provisão para perdas no montante de R\$ 430 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas**5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES****a) Tributos a recuperar**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	37	74
PIS e COFINS (b)	2.186	2.109
ISS a compensar	746	744
INSS a recuperar (c)	135	2.085
Outros	7	6
Total circulante	<u>3.111</u>	<u>5.018</u>
INSS a recuperar (c)	2.022	-
Total não circulante	<u>2.022</u>	<u>-</u>

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras

(b) Créditos decorrentes de pagamentos indevidos e/ou a maior de PIS/COFINS s/receitas acessórias

(c) Pagamento efetuado em duplicidade. Devido a estimativa de recuperação esse montante foi reclassificado para o não circulante.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Juros capitalizados (*)	(33.374)	(34.803)
Margem de Construção RTT	(1.369)	(1.429)
Margem de Construção (Lei 12.973/14)	<u>(2.844)</u>	<u>(3.170)</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>(37.587)</u>	<u>(39.402)</u>

(*) No período compreendido entre julho de 2016 e fevereiro de 2018, a Companhia tomou dedutibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017.

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$404.329 (R\$276.852 saldo em 31 de dezembro de 2019).

c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS e COFINS	1.306	1.231
ISS	1.995	1.793
IRRF e CSRF	290	468
INSS sobre terceiros	435	327
	<u>4.026</u>	<u>3.819</u>

Notas Explicativas**d) Imposto de renda e contribuição social no resultado**

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(380.509)	(556.119)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	129.373	189.080
Adições permanentes	(80)	(208)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos/Consumidos	(127.478)	(187.351)
Total dos impostos no resultado	1.815	1.521
Impostos diferidos	1.815	1.521
Total dos impostos no resultado	1.815	1.521

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

31/12/2020						
Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo		Resultado	
			Circulante		Despesas	
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	10.072		(21.995)	
INVEPAR	Outorga de Garantia (b)	Controladora	21.771		(17.431)	
Total			31.843		(39.426)	

31/12/2019						
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Passivo		Resultado
			Circulante	Circulante	Não circulante	Despesas
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	7	2.637	-	(27.952)
INVEPAR	Outorga de Garantia (b)	Controladora	-	-	20.152	(17.701)
Total			7	2.637	20.152	(45.653)

(a) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Notas Explicativas

(b) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta como segue:

Composição	31/12/2020	31/12/2019
Pró-labore	405	541
Rescisão de contrato	83	851
Encargos	81	237
Outros benefícios	117	130
Total	686	1.759

Em 30 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$1.497 para o exercício de 2020.

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %					31/12/2020
		31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Custo						
Instalações	10	9	2	-	-	11
Máquinas e equipamentos	10	14.052	43	(45)	329	14.379
Móveis e utensílios	10	4.897	481	(135)	372	5.615
Veículos	20	17.959	-	(325)	721	18.355
Equipamentos de informática	20	14.123	754	(520)	-	14.357
Imobilizado em andamento		1.779	1.778	-	(972)	2.585
		52.819	3.058	(1.025)	450	55.302
Depreciação acumulada						
Instalações		(5)	(1)	-	-	(6)
Máquinas e equipamentos		(7.997)	(1.452)	34	-	(9.415)
Móveis e utensílios		(2.066)	(561)	69	-	(2.558)
Veículos		(17.307)	(523)	326	-	(17.504)
Equipamentos de informática		(11.215)	(1.913)	273	-	(12.855)
		(38.590)	(4.449)	702	-	(42.338)
Imobilizado líquido		14.229	(1.390)	(323)	450	12.964

Notas Explicativas

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (a)	31/12/2019
Custo						
Instalações	10	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	10	13.638	286	-	128	14.052
Móveis e utensílios	10	4.916	37	(56)	-	4.897
Veículos	20	17.783	-	(207)	383	17.959
Equipamentos de informática	20	13.958	317	(152)	-	14.123
Imobilizado em andamento		972	807	-	-	1.779
		<u>51.276</u>	<u>1.447</u>	<u>(415)</u>	<u>511</u>	<u>52.819</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(4)	(1)	-	-	(5)
Máquinas e equipamentos		(6.610)	(1.387)	-	-	(7.997)
Móveis e utensílios		(1.596)	(490)	20	-	(2.066)
Veículos		(14.737)	(2.747)	177	-	(17.307)
Equipamentos de informática		(8.566)	(2.758)	109	-	(11.215)
		<u>(31.512)</u>	<u>(7.383)</u>	<u>306</u>	<u>-</u>	<u>(38.590)</u>
Imobilizado líquido		<u>19.764</u>	<u>(5.935)</u>	<u>(109)</u>	<u>511</u>	<u>14.229</u>

(*) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa nº 1.b. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno das regulamentações da Lei 13.448/17, em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram identificados indicativos de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais. Os veículos que foram financiados por intermédio dos contratos de FINAME, conforme Nota explicativa nº 10, estão alienados fiduciariamente às instituições financiadoras.

Notas Explicativas**8. INTANGÍVEL**

	Prazo de vida útil	31/12/2019	Adições	Baixas / Impairment (b)	Transferências (a)	31/12/2020
Custo						
Software	5 anos	8.509	-	-	-	8.509
Direito de concessão	(c)	1.346.869	-	(271.730)	153.778	1.228.917
Adiantamento a fornecedores		671	-	-	-	671
Intangível em construção		42.328	118.346	-	(154.228)	6.446
		1.398.377	118.346	(271.730)	(450)	1.244.543
Amortização acumulada						
Software		(6.939)	(1.119)	-	-	(8.058)
Direito de concessão		(192.401)	(70.596)	-	-	(262.997)
		(199.340)	(71.715)	-	-	(271.055)
Intangível líquido		1.199.037	46.631	(271.730)	(450)	973.488

	Prazo de vida útil	31/12/2018	Adições	Baixas / Impairment (b)	Transferências (a)	31/12/2019
Custo						
Software	5 anos	8.509	-	-	-	8.509
Direito de concessão	(c)	1.538.568	644	(375.736)	183.393	1.346.869
Adiantamento a fornecedores		671	-	-	-	671
Intangível em construção		113.280	112.952	-	(183.904)	42.328
		1.661.028	113.596	(375.736)	(511)	1.398.377
Amortização acumulada						
Software		(5.250)	(1.689)	-	-	(6.939)
Direito de concessão		(130.812)	(61.590)	1	-	(192.401)
		(136.062)	(63.279)	1	-	(199.340)
Intangível líquido		1.524.966	50.317	(375.735)	(511)	1.199.037

(a) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

(b) Reconhecimento de Impairment no montante de R\$271.730 em 31 de dezembro de 2020 (R\$375.736 em 31 de dezembro de 2019).

(c) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1.a). A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável do ativo ("Impairment")

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, em 31 de dezembro de 2020, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa 1.b).

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em junho de 2022; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o

Notas Explicativas

período até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente a adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital – WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária até a devolução; (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização.

As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 9,90% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,00% sobre o período 2021 a 2025; e valor de indenização correspondente ao valor do saldo de investimento projetado e não amortizado, descontado do excedente tarifário e multas administrativas.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

9. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	35.763	23.047
Retenções contratuais	5.086	5.199
Verba de fiscalização (ANTT)	4.026	3.980
Circulante	<u>44.875</u>	<u>32.226</u>
Fornecedores nacionais	<u>2.805</u>	<u>3.836</u>
Não circulante	<u>2.805</u>	<u>3.836</u>

Em 28 de julho de 2020, foi constituído pela controladora Invepar o INVP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (“FIDC”) com o objetivo de captar recursos para aquisição preponderantemente em Direitos Creditórios nos termos da política de investimento e fortalecer os fornecedores da Companhia de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado dos títulos em aberto. O montante registrado nesta rubrica refere-se a contratos firmados entre a Companhia e seus fornecedores de bens e serviços que tiveram seus recebíveis antecipados juntos ao FIDC. Em 30 de setembro de 2020, havia o montante de R\$15.433 e em 31 de dezembro de 2020, este montante foi liquidado em sua totalidade.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
ITAÚ	Reais	CDI 1% a.a.	out/22	233.082	-
BANCO DO BRASIL	Reais	CDI 1% a.a.	out/22	233.082	-
BRADESCO	Reais	CDI 1% a.a.	out/22	233.082	-
BDMG	Reais	CDI 1% a.a.	out/22	201.173	-
BNDES - PONTE	Reais	TJLP+2% a.a.	mai/21	-	874.530
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	4.669	5.939
Custo de captação				-	(72.765)
Total				<u>905.088</u>	<u>807.704</u>
Circulante				6.692	44.142
Não circulante				898.396	763.562

Notas Explicativas

Empresas	31/12/2019	Captação	Pagamento		Provisão de juros	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (iii)	Transferência (ii)	31/12/2020
			Principal	Juros (i)					
Passivo circulante									
ITAÚ	-	-	-	-	1.396	-	-	-	1.396
BANCO DO BRASIL	-	-	-	-	1.396	-	-	-	1.396
BRASESCO	-	-	-	-	1.396	-	-	-	1.396
BDMG	-	-	-	-	1.226	-	-	-	1.226
BNDES - PONTE	46.418	-	(893.562)	(26.306)	45.338	-	-	828.112	-
BNDES - FINAME	1.281	-	(1.288)	(289)	308	-	-	1.266	1.278
Custos a amortizar	(3.557)	-	-	-	-	97.748	(24.981)	(69.208)	-
	44.142	-	(894.850)	(26.595)	51.060	97.748	(24.981)	760.170	6.692
Passivo não circulante									
ITAÚ	-	231.686	-	-	-	-	-	-	231.686
BANCO DO BRASIL	-	231.686	-	-	-	-	-	-	231.686
BRASESCO	-	231.686	-	-	-	-	-	-	231.686
BDMG	-	199.946	-	-	-	-	-	-	199.946
BNDES - PONTE	828.112	-	-	-	-	-	-	(828.112)	-
BNDES - FINAME	4.658	-	-	-	-	-	-	(1.266)	3.392
Custos a amortizar	(69.208)	-	-	-	-	-	-	69.208	-
	763.562	895.004	-	-	-	-	-	(760.170)	898.396
Total dívida	807.704	895.004	(894.850)	(26.595)	51.060	97.748	(24.981)	-	905.088

(i) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(ii) Custos incorridos necessários para alteração da dívida.

Empresas	31/12/2018	Pagamento		Provisão de juros	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (iii)	Variação monetária	Transferência (ii)	31/12/2019
		Principal	Juros (i)						
Passivo circulante									
BNDES - PONTE	915.415	(44.713)	(57.333)	60.014	-	-	1.147	(828.112)	46.418
BNDES - FINAME	1.072	(1.160)	(490)	383	-	-	-	1.476	1.281
Custos a amortizar	(37.974)	-	-	-	3.835	(38.626)	-	69.208	(3.557)
	878.513	(45.873)	(57.823)	60.397	3.835	(38.626)	1.147	(757.428)	44.142
Passivo não circulante									
BNDES - PONTE	-	-	-	-	-	-	-	828.112	828.112
BNDES - FINAME	6.134	-	-	-	-	-	-	(1.476)	4.658
Custos a amortizar	-	-	-	-	-	-	-	(69.208)	(69.208)
	6.134	-	-	-	-	-	-	757.428	763.562
Total dívida	884.647	(45.873)	(57.823)	60.397	3.835	(38.626)	1.147	-	807.704

(i) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(ii) Com a prorrogação do vencimento do empréstimo para 15 de maio de 2021, a dívida, que estava classificada no curto prazo, em 31 de dezembro de 2018, teve parte do montante reclassificado para o longo prazo em 30 de junho de 2019.

(iii) Custos incorridos necessários para rolagem da dívida.

BNDES – Ponte

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

Originalmente, o principal e o juros da dívida seriam pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, que vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016 e depois para 15 de maio de 2017. A Companhia renegociou com o BNDES novo prazo de vencimento para 15 de novembro de 2017, com inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que cumpra determinados requisitos firmados entre as partes. A partir de 15 de dezembro de 2016 a Companhia começou a pagar os juros mensalmente.

Notas Explicativas

A partir de 15 de maio de 2017 a Companhia encerrou o período de carência de principal do financiamento e, conforme o novo acordo, iniciou a amortização do principal do saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, no valor de 1/240 do saldo devedor, no período compreendido entre 15 de junho de 2017 (inclusive) até 15 de maio de 2019, juntamente com as prestações dos juros incorridos em cada período, desde que cumpridos determinados requisitos firmados entre as partes.

No dia 31 de maio de 2019, ocorreu a celebração do 6º Aditivo ao Contrato de Empréstimo-Ponte, onde foi prorrogado a data de vencimento da última parcela de amortização do principal da dívida do empréstimo ponte, de 15 de maio de 2019 para 15 de maio de 2021. A rolagem da dívida é garantida por cartas de fianças com prazo de vencimento de seis meses, prorrogáveis por mais seis.

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a INVEPAR, detentora da totalidade das ações, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações da Companhia que detêm da Companhia como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Como condição de liberação dos créditos pelo BNDES, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Bradesco cartas de fianças, conforme detalhado a seguir:

Fiador	Valor total da carta original	%
Itaú	R\$ 250.000	25,8866
BB	R\$ 250.000	25,8866
BDMG	R\$ 215.750	22,3402
Bradesco	R\$ 250.000	25,8866

As cartas fianças, por sua vez, são garantidas por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, datado de 25 de agosto de 2014 e respectivos aditivos, firmados entre a Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. e Itaú Unibanco S.A., na qual a Companhia empenha todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Concessão, respeitado o disposto no art. 28, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões Públicas”), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da Concessão e que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão (“Direitos Creditórios Empenhados”). Além disso, nos termos do Contrato de Prestação de Garantias, a INVEPAR constituiu em favor dos Fiadores penhor sobre a totalidade das ações, presentes ou futuras, de emissão da Companhia e de sua titularidade, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, por meio de contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças datado de 25 de agosto de 2014, que possui a Itaú Corretora de Valores S.A. como instituição depositária. As cartas de fiança são aditadas a cada nova rolagem do prazo de vencimento da dívida.

O referido empréstimo foi quitado em 15 de outubro de 2020 pelo saldo de R\$ 888.361 com recursos dos bancos fiadores. Assim, a partir dessa data, a Via 040 passou a dever esse montante diretamente para Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. e Itaú Unibanco S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros de CDI mais 1,0% a.a. que devem ser pagos trimestralmente. O principal deve ser pago na data de vencimento do financiamento, 14 de outubro de 2022.

Notas Explicativas

BNDES - Finame

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofre incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2020, todas às cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

Modalidade	Número do contrato	Data de liberação	Valor do contrato	Vencimento
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024
FINAME	40/00983-1	15/12/14	3.635	15/08/2024
			<u>12.026</u>	

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRORIO”), Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”) e Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU AIRPORT”) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas METRORIO, MetroBarra S.A. (“METROBARRA”), CLN e GRU AIRPORT possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas LAMSA, METRORIO, GRU AIRPORT e CLN possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas LAMSA, CLN, METRORIO, METROBARRA, CLN e GRU AIRPORT possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

Notas Explicativas

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida pelo acionamento de cláusulas de *cross default* com efeito na Companhia e em outras empresas do grupo Invepar, exceto CLN.

Em 31 de dezembro de 2020, a parte relacionada MetroBarra está negociando junto ao debenturista único a formalização do waiver para não declaração de vencimento antecipado devido ao não atingimento do índice de cobertura de serviço da dívida (ICSD). Caso esta dívida seja declarada vencida a mesma acionará a fiança da INVEPAR. Neste momento os credores da VIA040 poderão declarar vencimento antecipado. A Companhia acredita no sucesso das negociações no MetroBarra.

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é ré em processos de natureza cível e trabalhista sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta Nota explicativa.

a) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

c) Riscos regulatórios

A Companhia é parte em processos administrativos relacionados a questões regulatórias advindos do curso normal de suas operações. Esses processos iniciaram a partir de 2016 e encontram-se em andamento no âmbito administrativo, no qual a Companhia já apresentou as defesas e recursos.

Movimentação da provisões para contingências prováveis:

Natureza do risco	31/12/2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2020
Trabalhistas	2.741	1.436	(1.931)	225	2.470
Cíveis	651	1.025	(308)	244	1.612
Regulatórios (*)	148.577	-	(28.705)	-	119.872
Total	151.969	2.462	(30.944)	469	123.955

(*) Reversões registradas devido ao efeito das reavaliações realizadas pelo departamento jurídico da Companhia em conexão com os seus advogados externos nos processos regulatórios.

Notas Explicativas

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversões/ pagamentos</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	1.495	3.051	(1.805)	2.741
Cíveis	312	877	(538)	651
Regulatórios*	-	148.577	-	148.577
Total	1.807	152.505	(2.343)	151.969

(*) Variações decorrentes de reavaliações dos processos regulatórios e de acréscimos contratuais/legais, conforme análise realizada pelos departamentos internos da Companhia subsidiada pelos advogados externos.

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. As causas cíveis envolvem, principalmente, processos de danos materiais e pensionamento, já as causas trabalhistas têm em sua maioria processos referentes às horas extras, danos morais e pensão. Segue:

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	10.096	10.071
Cíveis	29.000	25.127
Tributária	571	1.048
Regulatórios*	494.923	164.307
Outros	1.248	104
Total	535.838	200.657

(*) Variações decorrentes de reavaliações dos processos regulatórios e de acréscimos contratuais/legais, conforme análise realizada pelos departamentos internos da Companhia subsidiada pelos advogados externos.

Procedimento arbitral com a OAS – Contingência ativa

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a VIA040 e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço unitário.

Em 16 de setembro de 2015, a VIA040 notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Em 17 de dezembro de 2015, a VIA040 e a Construtora OAS S.A. firmaram termo de Transação que previu a quitação dos pleitos apresentados pela construtora mediante o pagamento de R\$34.292, em

Notas Explicativas

favor da Construtora OAS S.A., sendo o saldo de R\$ 1.138 condicionado à execução da integralidade dos serviços de reparo dos defeitos listados no Anexo I ao referido termo. A transação também assegurou a obrigação da construtora garantir a segurança e solidez das obras, bem como indenizar eventuais danos decorrentes de obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias relativas aos empregados e/ou contratados da OAS ou de danos ambientais causados pela construtora. As Partes também ficaram obrigadas ao ressarcimento dos danos decorrentes de dolo.

Em 12 de fevereiro de 2017, a VIA040 interpôs processo arbitral em face da Construtora OAS S.A. a fim de que a construtora seja condenada a reparar os vícios na obra, bem como a indenizar todos os outros gastos/prejuízos decorrentes da ação e/ou omissão da Construtora OAS S.A, no valor estimado de R\$17.800. As partes firmaram termo de arbitragem, em 13 de novembro de 2017.

Em 26 de fevereiro de 2018, a VIA040 apresentou suas Alegações Iniciais, que foram respondidas em 10 de maio de 2018, pela OAS. SA. A peça foi replicada, em 11 de junho de 2018, pela VIA040 e a tréplica foi apresentada pela OAS no dia 11 de julho de 2018. As partes especificaram as provas que pretendem produzir e aguarda-se a realização da prova pericial de engenharia.

Em 17 de abril de 2019, foi proferida a Ordem Processual nº 13, deferindo parcialmente o parcelamento requerido pela OAS. O início dos trabalhos não sofrerá atrasos, mas o laudo somente será liberado após a quitação integral dos honorários do expert. A OAS apresentou manifestação requerendo a reconsideração de tal decisão em vista da impossibilidade de cumprimento do parcelamento proposto pelo Tribunal Arbitral.

No dia 20 de setembro de 2019, a OAS se manifestou dizendo que não tinha interesse na realização de tais ensaios, enquanto a Via 040 se posicionou no sentido de que seriam eles necessários. O Tribunal emitiu a Ordem Processual nº 16 determinando que as partes se manifestassem sobre os pontos trazidos pela outra parte, o que foi cumprido em 3 de outubro.

Diante disso, foi proferida, em 08 de outubro de 2019, a Ordem Processual nº 17 determinando a realização dos ensaios de campo, bem como determinando que os custos sejam arcados integralmente pela Via 040, já que ela é que entendeu ser necessária tal prova. Determinou, ainda, que a Via 040 pagasse o valor até o dia 15 de outubro, que os ensaios fossem entregues até 10 de novembro e o laudo até 10 de dezembro, devendo as partes se manifestarem a respeito de toda esta documentação até 07 de fevereiro de 2020. Como o perito informou a impossibilidade de entregar o material dentro do prazo estipulado pelo Tribunal, os árbitros cancelaram os prazos anteriormente estabelecidos e determinaram que se aguardasse a entrega deste material para ulterior deliberação.

No início de junho de 2020, foi entregue o laudo pericial pelo expert nomeado pelo Tribunal Arbitral que, mediante a Ordem Processual nº 19, abriu prazo para que as partes se manifestem até o dia 22 de julho sobre o trabalho apresentado, juntando parecer de assistente técnico, caso queiram, e até 10 de agosto sobre a manifestação da outra parte. Apresentada pelas partes manifestação sobre os pareceres dos assistentes técnico da outra parte, bem como formulado pedido esclarecimentos sobre o laudo pericial, o Tribunal Arbitral, por meio da Ordem Processual nº 20, determinou que o expert se manifestasse até 25 de setembro, enquanto que as partes deveriam se manifestar até 19 de outubro 2020 sobre os esclarecimentos, confirmando se pretendem produzir as provas especificadas em manifestação datada de 08 de agosto de 2018, especialmente quanto à produção de prova oral. Caso fossem juntados documentos em tal data, o que foi feito apenas pela Via 040, a contraparte deveria se manifestar até o dia 03 de novembro de 2020 a respeito.

Notas Explicativas

Em 19 de outubro de 2020, ambas as partes se manifestaram dizendo que era desnecessária a produção de prova oral e a Via 040 requereu apenas esclarecimentos adicionais do expert, sem necessidade de ouvi-lo em audiência. Em 03 de novembro de 2020, a OAS se manifestou pugnando pela rejeição dos argumentos da Via 040 e pedindo seja rejeitado o pedido de novos esclarecimentos do perito.

Em 01 de dezembro de 2020, o Tribunal emitiu a Ordem Processual nº 21 deferindo a intimação do expert para, até 8 de janeiro de 2021, responder a parte dos pedidos de esclarecimentos formulados pela Via 040. Após, as partes teriam até o dia 2 de fevereiro de 2021 para apresentarem suas considerações aos novos esclarecimentos formulados pelo Perito e, caso houvesse a juntada de novos documentos, o Tribunal facultou à parte contrária prazo até 22 de fevereiro de 2021, para apresentação de suas considerações. As partes se manifestaram em 2 de fevereiro e não juntaram qualquer documento adicional. Diante disso, no dia 11 de fevereiro de 2021, o Tribunal Arbitral emitiu a Ordem Processual nº 22 cancelando o prazo previsto para o dia 22 de fevereiro e marcou audiência de apresentação do caso para o dia 11 de março. Realizada a audiência, o Tribunal Arbitral ficou de definir se haverá dilação probatória, para apresentação de documentos relativos à pretensão da Via 040 de reembolso dos valores despendidos em reclamações trabalhistas de responsabilidade da OAS, bem como para a quantificação de prejuízos sofridos pela Via 040 em relação aos danos sofridos nas praças de pedágio, ou se relegará essa questão da quantificação dos danos para a eventual fase de liquidação de sentença, abrindo, desde logo, prazo para Alegações Finais. Aguarda-se, assim, a Ordem Processual a respeito.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 1.013.899, representados por 1.458.341.009 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar (31 de dezembro de 2019 é de R\$949.123, representados por 1.092.695.128 ações ordinárias).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$64.776 como aumento de capital (R\$195.873 em 31 de dezembro de 2019).

13. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de pedágio	372.227	374.429
Receita extraordinária	9.736	8.449
Impostos, deduções e cancelamentos	(31.400)	(31.694)
Receita de serviços	350.563	351.184
Receita de construção	118.300	101.827
Receita total	<u>468.864</u>	<u>453.011</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) Receita de construção e o custo de construção, proveniente

Notas Explicativas

da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(64.180)	(49.781)
Conservação e manutenção	(84.894)	(52.945)
Despesas administrativas	(11.396)	(36.974)
Operacionais	(76.904)	(66.056)
Custo de construção	(118.300)	(101.827)
Provisão de manutenção ¹	10.457	(3.743)
Depreciação e amortização	(76.164)	(70.662)
Reversão (provisão) para riscos ²	27.322	(153.279)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(430)	-
Provisão para redução ao valor recuperável ³	(271.730)	(375.736)
Outras receitas operacionais	4.795	2.308
	<u>(661.423)</u>	<u>(908.695)</u>
Custo de serviços prestados	(263.959)	(229.904)
Custo de construção	(118.300)	(101.827)
Reversão (provisão) para riscos ²	27.322	(153.279)
Despesas gerais e administrativas	(39.552)	(50.256)
Outras receitas (despesas) operacionais	(266.934)	(373.429)
	<u>(661.423)</u>	<u>(908.695)</u>

¹ Provisão de manutenção baixada decorrente do novo Termo Aditivo (vide Nota explicativa nº 20).

² Reversões efetuadas nos processos regulatórios devido ao efeito das reavaliações realizadas pelo departamento jurídico da Companhia em conexão com os seus advogados externos (vide Nota Explicativa nº 11).

³ Vide Nota Explicativa nº 8.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	39	598
Juros sobre aplicações financeiras	164	347
Variação monetária ativa	1.478	500
Total receitas financeiras	<u>1.681</u>	<u>1.445</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(114.882)	(16.006)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(56.700)	(60.397)
Variação monetária passiva	(492)	(2.618)
Outros*	(17.555)	(22.859)
Total despesas financeiras	<u>(189.629)</u>	<u>(101.880)</u>
Total resultado financeiro	<u>(187.948)</u>	<u>(100.435)</u>

(*) Deste montante, R\$17.431 refere-se ao contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança), conforme Nota explicativa nº 6.

Notas Explicativas

15. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o período. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Numerador básico e diluído		
Resultado do exercício atribuível aos acionistas	(378.693)	(554.598)
Denominador básico		
Média ponderada das ações (em milhares)	1.321.086	948.240
Resultado do exercício básico por ação (R\$)	<u>(0,287)</u>	<u>(0,585)</u>

16. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
Garantia ao poder concedente (a)	587.130	20/03/2021	20/03/2022	Pottencial
Responsabilidade civil geral (b)	100.000	01/08/2020	01/08/2021	Tóquio Marine
Riscos operacionais (c)	280.000	01/08/2020	01/08/2021	Tóquio Marine
Veículos	Tabela FIPE	24/08/2020	24/08/2021	Porto Seguro
D&O	100.000	04/05/2020	04/05/2021	XL Seguros
Fiança locatícia	673.777	29/08/2020	29/08/2021	Pottencial
Fiança locatícia (d)	698.770	01/03/2020	01/03/2021	Pottencial

- (a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia "PER".
- (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.
- (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia.
- (d) Após o vencimento em 01/03/2021, este seguro não foi renovado.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

17. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos, obrigações com empregados, parte relacionada e fornecedores.

Instrumentos financeiros	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	11.976	-	19.117	-
Contas a receber	-	23.802	-	32.866
Total do ativo	11.976	23.802	19.117	32.866
Passivos				
Fornecedores	-	47.680	-	36.062
Partes relacionadas	-	31.843	-	22.789
Empréstimos e financiamentos	-	905.089	-	807.704
Obrigações com empregados e administradores	-	6.475	-	8.542
Total do passivo	-	991.087	-	875.097

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito

Notas Explicativas

são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Os passivos financeiros da Companhia estão vinculados à variação da TJLP.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

31 de dezembro de 2020	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	6.692	898.396	905.089
Fornecedores	44.875	2.805	47.680

Dado o processo de relicitação, conforme citado na Nota explicativa nº 1, caberá à companhia indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, ao final deste processo. O valor de indenização calculado pelo poder concedente pode diferir daqueles previstos pela Companhia o que poderá levar a uma disputa jurídica entre as partes e que definirá o valor final da indenização.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	2,69%	2,02%	1,35%
DI Passivo (% ao ano)	2,69%	3,36%	4,04%

Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Em 31 de dezembro de 2020, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

e.1) Ativo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Compromissadas com lastro em debêntures	DI	7.617	205	154	103

e.2) Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimo	DI	905.088	24.347	30.411	36.565

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos	905.089	807.704
Caixa e equivalentes de caixa	(11.976)	(19.117)
Dívida líquida	893.113	788.587
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(116.572)	197.345
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dívida líquida	776.541	985.932

g) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	7.617	-	7.617	-
Total	7.617	-	7.617	-
Empréstimos e financiamentos	905.089	-	905.089	-
Total	905.089	-	905.089	-

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	12.796	-	12.796	-
Total	12.796	-	12.796	-
Empréstimos e financiamentos	807.704	-	807.704	-
Total	807.704	-	807.704	-

18. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2020	30/09/2019
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	5.231	10.729
Financiamentos ainda não liquidados financeiramente	895.004	-

19. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A partir da assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a VIA 040 deverá manter em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), a preços de novembro de 2012, reajustado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Durante o período de vigência deste Termo Aditivo, a Concessionária deverá prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração da rodovia e executar os investimentos essenciais (Passarela km 4,1/GO; Passarela 532,7/MG; Passarela km 509,2/MG). Ficam suspensas as obrigações de investimentos constantes do Contrato de Concessão Originário (contrato celebrado entre a ANTT e a Concessionária em 12 de março de 2014, como decorrência do Edital nº 006/2013) não previstas no PER do Termo Aditivo.

As obras emergenciais, conjunto de obras e serviços emergenciais necessários para restaurar as condições de tráfego e de segurança afetadas por qualquer evento que gere ou possa gerar impacto no Sistema Rodoviário, deverão ser executadas pela Concessionária imediatamente após a ocorrência do evento que as motivou, durante todo o prazo de vigência do termo aditivo. Considera-se emergencial, entre outros, a existência de erosões ou material de escorregamento a menos de 4 m das faixas de rolamento.

Notas Explicativas

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

1 – Frente de Manutenção	2 – Frente de Investimentos	3 – Frente de Conservação	4 – Frente de Serviços Operacionais
• Pavimento • Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança • Obras de Arte Especiais • Sistema de Drenagem e OAC • Terraplenos e Estruturas de Contenção • Canteiro Central e Faixa de Domínio • Implantação e Recuperação das Edificações e Instalações Operacionais • Sistemas Elétricos e de Iluminação	• Obras de Melhorias – Investimentos essenciais • Obras emergenciais	• Pavimento • Elementos de Proteção e Segurança • Obras de Arte Especiais • Sistema de Drenagem e OAC • Terraplenos e Estruturas de Contenção • Canteiro Central e Faixa de Domínio • Edificações e Instalações Operacionais • Sistemas Elétricos e de Iluminação	• Centro de Controle Operacional • Equipamentos e Veículos da Administração • Sistema de Controle de Tráfego • Sistema de Atendimento ao Usuário • Sistema de Pedágio e Controle de Arrecadação • Sistema de Comunicação • Sistema de Pesagem • Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial • Veículos de Fiscalização da ANTT • Posto da Polícia Rodoviária Federal

As verbas relativas aos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (cláusula 16 do Contrato de Concessão Originário) e Segurança no Trânsito (cláusula 15.10 do Contrato de Concessão Originário) ficam sobrestadas até o final da vigência do presente Termo Aditivo, permanecendo a verba de fiscalização.

O PER prevê período de vigência o prazo disciplinado pelo 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013, ou seja, 24 meses contados da publicação do Decreto nº 10.248/2020, do dia 18 de fevereiro de 2020.

20. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constituía provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento em que o ativo construído se torna operacional considerando a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI.

O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022.

Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado pela Companhia de R\$10.457 referente a provisão para recuperação da infraestrutura foi integralmente revertido.

21. PROVISÃO AMBIENTAL

Notas Explicativas

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado pela Companhia é de R\$2.135 (R\$2.979 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para o ano de 2022.

22. CONTRATO DE CONCESSÃO

O objeto do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013 estabelece as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário (contrato celebrado entre a ANTT e a Concessionária em 12 de março de 2014, como decorrência do Edital nº 006/2013), conforme descrito na nota explicativa 19, assim como as responsabilidades durante o período de transição e na transferência da concessão, a serem observadas durante a vigência deste Termo Aditivo, a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento.

O referido Termo Aditivo possui prazo de duração de 24 meses contados a partir da publicação do Decreto nº 10.248/2020, ocorrida em 18/02/2020. O prazo de vigência deste Termo Aditivo poderá ser prorrogado, justificadamente, mediante deliberação do CPPI e anuência expressa da Concessionária.

Como parte do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota explicativa nº19.

Durante a vigência do Termo Aditivo, a Concessionária deverá elaborar Relatórios de Transição (inicial, Intermediário e Final) contendo o resultado das monitorações periódicas realizadas na rodovia e inventário com a lista de bens reversíveis e seu estado. Os bens mencionados nos Relatórios de Transição serão transferidos ao futuro contratado ou provisoriamente ao Poder Concedente, mediante a assinatura de Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, com a interveniência da ANTT.

O valor da Tarifa de Pedágio a ser praticado pela Concessionária durante a vigência do termo aditivo será de R\$ 5,30, fixada pela ANTT no âmbito da 2ª Revisão Ordinária e 4ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão originário. A tarifa de pedágio será reajustada anualmente, a partir da data de celebração do termo aditivo, para incorporar a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A Tarifa Calculada considerando a suspensão das obrigações de investimentos não essenciais, que servirá de base para o cálculo do excedente tarifário, é de R\$ 2,53803, com data-base de abril/2020.

O valor excedente de receita tarifária auferido pela Concessionária durante a vigência do Termo Aditivo, obtido a partir da diferença entre as tarifas R\$5,30 e R\$2,53803, será reajustado, a partir da data de celebração do Termo Aditivo até o pagamento da indenização, para incorporar a variação do IPCA e a taxa de desconto do fluxo de caixa marginal, e será descontado do valor da indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados. Caso o valor excedente da

Notas Explicativas

receita tarifária seja superior a indenização de bens reversíveis não amortizados ou depreciados, a diferença deverá ser revertida ao Poder Concedente.

23. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

A receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$118.300 como receita de construção (R\$101.827 em 31 de dezembro de 2019).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.236.034 (R\$1.389.868 em 31 de dezembro de 2019), incluindo R\$671 (R\$671 em 31 de dezembro de 2019) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040
Nova Lima - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 1.b., às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que indicam que a Companhia: (i) incorreu em prejuízo de R\$ 378.693 mil; (ii) apresentou passivo a descoberto de R\$ 116.572 mil e; (c) conforme balanço patrimonial naquela data, o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante em R\$ 46.002 mil. Chamamos, também, a atenção ainda na Nota explicativa nº 1.b., em que a Companhia menciona que em 20 de novembro de 2020 foi assinado termo aditivo ao processo de relicitação que estabelece, dentre outras matérias, suspensão temporária da obrigações de investimentos originais ao contrato de concessão, condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoramento a serem mantidos pela VIA 040 dessa data até a conclusão do processo de relicitação. Dessa forma, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos nessa nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota explicativa nº 8 – "Intangível", a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, que representam aproximadamente 93% do total dos ativos. Em 31 de dezembro de 2020, a situação financeira da Companhia, atrelada a expectativa de indenização dos ativos intangíveis não amortizados, bem como à redução econômica do Produto Interno Bruto do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos poderiam exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia efetuou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível. Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, uma vez que na determinação das premissas utilizadas pela administração da Companhia estão consideradas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo, em adição à incerteza na realização dos ativos devido a relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 e no Decreto 10.248 do Poder Executivo de 18 de janeiro de 2020, que qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação e a assinatura do termo aditivo em 20 de novembro de 2020.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis, tendo como premissa-chave os termos da relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17. Também revisamos outras premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para seu cálculo.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram

considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da VIA 040 declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e com as opiniões expressas no relatório de opinião dos auditores externos da Grant Thornton Auditores Independentes.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 25 de março de 2021, referente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.